

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

INSERÇÃO DE VARIÁVEIS AMBIENTAIS NO
PROCESSO DE CRÉDITO DOS BANCOS QUE ATUAM NO BRASIL

VÁLTER ZAGUETO

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia de Produção.

Florianópolis - SC

2002

INSERÇÃO DE VARIÁVEIS AMBIENTAIS NO
PROCESSO DE CRÉDITO DOS BANCOS QUE ATUAM NO BRASIL

VÁLTER ZAGUETO

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia de Produção, na área de concentração de Gestão e Competitividade, e aprovada na sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador

Apresentada à banca examinadora integrada pelos professores:

Professor Alexandre de Ávila Leripio, Dr.
Presidente - Orientador

Professor Nelson Casarotto Filho, Dr.
Membro

Professor Paulo Maurício Selig, Dr.
Membro

Professor Antônio César Bornia, Dr.
Membro

Dedico este trabalho às pessoas que lutam pelo desenvolvimento sustentável; em especial aos meus filhos, que constituem minha fonte de inspiração. Tenho o compromisso de sensibilizá-los para que dêem continuidade, nas futuras gerações, à luta pela conservação da terra.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e força que me deu em todos os momentos, desde o começo deste estudo.

À Everi, minha esposa, pelo seu apoio, sensibilidade e compreensão, compartilhando e administrando intensamente dias felizes e principalmente os momentos críticos.

Aos meus filhos, Bruno e Bianca, pela alegria e motivação que sempre me proporcionaram e cuja preciosa companhia tive que dividir com o computador.

Aos meus pais, exemplos de dedicação e perseverança, por estarem sempre apoiando e entendendo minhas iniciativas; pela oportunidade e amor incondicional, sem os quais este trabalho não teria chegado ao fim.

À minha família em geral, pelas sugestões, discussões estimulantes e encorajamento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre de Ávila Lerípio, pelo apoio, confiança, sobretudo pelo entusiasmo e contribuições nos momentos mais críticos; mesmo quando distante, sempre esteve presente.

Aos colegas da turma 4 Cascavel, pelo respeito, apoio e sugestões, fundamentais para o alcance dos resultados almejados.

Aos coordenadores e professores do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, com quem tive a satisfação de conviver, pelas experiências transmitidas e pela oportunidade deste mestrado.

Ao amigo José Danilo Lopes de Oliveira, do Banco do Nordeste, pelas valiosas contribuições, a título de incentivo e apoio, pelo envio de materiais.

Ao Coordenador do projeto eco-finanças, Dr. Mário Monzoni, pela dedicação à Entidade Amigos da Terra, pela atenção e disponibilidade.

Aos amigos e colegas de trabalho das diversas regiões do Paraná, que contribuíram sobremaneira com idéias e estimulantes discussões.

Muito obrigado a todos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE QUADROS	ix
SIGLAS E CÓDIGOS UTILIZADOS	x
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
1.4 METODOLOGIA	18
1.5 LIMITAÇÕES DESTE TRABALHO	20
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2 POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL	22
2.1 BREVE HISTÓRICO	22
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	26
2.3 RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE.....	31
2.4 ADMINISTRAÇÃO COM CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA	34
2.5 TRANSFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL EM GERENCIAMENTO ECOLÓGICO	37
2.6 INICIATIVAS EM PROL DO MEIO AMBIENTE	41
2.7 CERTIFICAÇÕES	43
2.8 PARCERIAS E ORGANISMOS DE FINANCIAMENTOS	50
2.8.1 Recursos Para o Desenvolvimento Sustentável	52
2.8.2 Agentes de Desenvolvimento	53
2.8.2.1 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ..	54
2.8.2.2 Banco do Brasil	55
2.8.2.3 Banco da Amazônia S/A	55
2.8.2.4 Banco do Nordeste do Brasil S/A	56
2.8.2.5 Caixa Econômica Federal	57

3	PROCESSO ATUAL DE CRÉDITO DOS BANCOS QUE ATUAM NO BRASIL	58
3.1	CARÁTER	60
3.2	CAPACIDADE	62
3.3	CAPITAL	63
3.4	CONDIÇÕES	64
3.5	COLATERAL	65
3.6	ANÁLISE DE CRÉDITO	67
3.6.1	Relatório de Visitas/Modelo Atual	71
4	ANÁLISE PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO: PROPOSTA DE MODELO PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL	73
4.1	SBGA – SISTEMA BANCÁRIO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL	73
4.2	IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA PARA GERENCIAMENTO DO MEIO AMBIENTE	74
4.3	RELATÓRIO PADRÃO	75
4.4	FICHA DE VERIFICAÇÃO/MODELO PROPOSTO	76
4.5	OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL	77
4.6	CLASSIFICAÇÃO AMBIENTAL DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA IFC	78
4.6.1	– Classificação “PAR” (Projeto de Alto Risco)	78
4.6.2	– Classificação “PMR” (Projeto de Médio Risco)	79
4.6.3	– Classificação “PBR” (Projeto de Baixo Risco)	80
4.7	ATIVIDADES COM RESTRIÇÕES	80
4.8	CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO	81
5	CASO DA EMPRESA DE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS	84
5.1	HISTÓRICO	84
5.2	ACIDENTE	85
5.2.1	Levantamento	86
5.2.2	Conclusão do Relatório do Instituto Ambiental do Paraná	86
5.2.3	Multas, Penalizações e Responsabilidades	87
5.3	LICENÇAS AMBIENTAIS	88
5.3.1	Para Obtenção da Licença Prévia, é necessário	88
5.3.2	Para Obtenção da Licença de Instalação, é necessário	89
5.3.3	Para Obtenção da Licença de Operação, é necessário	89
5.4	PROVIDÊNCIAS	90
5.5	APLICAÇÃO DOS MODELOS DE ANÁLISE DE CRÉDITO	91
5.5.1	Relatório Padrão	92
5.6	ANÁLISE DE CRÉDITO PELO MODELO CONVENCIONAL	92

5.7 ANÁLISE DE CRÉDITO PELO MODELO SISTEMA BANCÁRIO	95
DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL.....	95
5.7.1 Caso 1 – Solicitação de Empréstimo Antes do Acidente.....	95
5.7.1.1 Observações do Analista Ambiental	98
5.7.1.2 Avaliação Geral	99
5.7.1.3 Recomendações	100
5.7.1.4 Conclusão do Processo de Análise	100
5.7.2 Caso 2 – Solicitação de Empréstimo Após o Acidente	100
5.7.2.1 Observações do Analista Ambiental	103
5.7.2.2 Avaliação Geral	103
5.7.2.3 Recomendações	104
5.7.2.4 Conclusão do Processo de Análise	104
5.8 COMENTÁRIOS SOBRE O MÉTODO PROPOSTO	104
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	106
6.1 CONCLUSÕES.....	106
6.1.1 Quanto ao Objetivo Geral do Trabalho.....	106
6.1.1.1 Inserção de Variáveis Ambientais no Processo de Crédito dos Bancos que Atuam no Brasil	106
6.1.2 Quanto aos Objetivos Específicos	107
6.1.2.1 Discorrer Sobre o Processo de Crédito dos Bancos que Atuam no Brasil	108
6.1.2.2 Desenvolver um Modelo de Análise de Crédito que Incorpore Variáveis Ambientais	109
6.1.2.3 Apresentar uma Simulação de Análise de Crédito utilizando o Modelo Proposto	110
6.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	110
6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
ANEXO 1.....	120
ANEXO 2	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Motivações para a Proteção Ambiental na Empresa	30
Figura 2: Modelo Americano de Estudo de Gerenciamento de Risco	38
Figura 3: Série ISO 14000	45
Figura 4: Gráfico Sobre Risco de Crédito	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Benefícios da Gestão Ambiental	32
Quadro 2: Análise da Filosofia Empresarial	36
Quadro 3: Ficha de Verificação Caso 1.....	95
Quadro 4: Ficha de Verificação Caso 2.....	100

SIGLAS E CÓDIGOS UTILIZADOS

SIGLAS	SIGNIFICADOS
“Cs”	Caráter, Capacidade, Capital, Condições e Colateral
a.a.	Ao ano
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGENDA 21	Documento que retrata o programa de ação das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável no século 21
ANP	Agência Nacional de Petróleo
BASA	Banco da Amazônia S/A
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional do Norte
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFC	Corporação Financeira Internacional
INEM	Rede Internacional para a Administração Ambiental
ISSO	Organização Internacional de Normalização
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NA	Não se Aplica
NBR	Normas Brasileiras
NPs	Notas Promissórias
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Projeto de Alto Risco
PBR	Projeto de Baixo Risco
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
PROSUMAM	Programa de Apoio à Preservação e Sustentação do Meio Ambiente
PMR	Projeto de Médio Risco
PVC	Plástico Vulcanizado
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SBGA	Sistema Bancário de Gerenciamento Ambiental
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMAM/PR	Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente

RESUMO

Zagueto, Válter. **Inserção de variáveis ambientais no processo de crédito dos bancos que atuam no Brasil**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

Este estudo versa acerca da importância da variável ambiental na vida das organizações; mostra as principais mudanças ocorridas na legislação específica, que levaram o Brasil a figurar entre os pioneiros nesta área, no aspecto jurídico. Procura-se levantar conceitos sobre desenvolvimento sustentável, cujas variáveis podem definir o futuro de um sistema de gestão. O trabalho foi direcionado para o mercado bancário brasileiro, buscando-se identificar o que existe dentre os bancos em prol do meio ambiente, com o intuito de desenvolver uma ferramenta para os bancos que atuam no Brasil, capaz de avaliar o desempenho ambiental das empresas, no momento em que as empresas pleiteiam o crédito. Duas atividades básicas se destacaram: o processo de crédito dos bancos que atuam no Brasil e a apresentação de um caso concreto da Empresa de Comércio de Combustíveis, a fim de simular a aplicação do modelo desenvolvido, baseado na análise dos aspectos ambientais como componente decisório na análise de crédito. O modelo baseia-se nas políticas da IFC – Corporação Financeira Internacional - cuja política é executar todas as operações de forma ambiental e socialmente responsável. Nas considerações finais, salienta-se a proposta de despertar o setor bancário brasileiro, para que intensifique contribuições em prol do meio ambiente. Assim, a tomada de decisão para concessão de créditos, proporcionará maior segurança e valorização de imagem, assegurando projetos transparentes, éticos, sólidos e sustentáveis.

Palavras-chave: Variáveis ambientais. Bancos . Empresas. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Zagueto, Válter. **The insertion of the environmental variables in the process of credit of the private banks that act in Brazil.** 2002. Dissertation (Master's degree in Engineering of Production) – Program of Master's degree in Engineering of Production, UFSC, Florianópolis.

This study consists in concerning the importance of the environmental variable in the life of the organizations; it shows the main changes that occurred in the specific legislation, that made Brazil to be represented among the pioneers in this area, in the juridical aspect. It tries to bring up concepts about maintainable development, whose variables can define the future of the system in administration. The work was addressed to the Brazilian bank market, trying to identify what exists among the banks on behalf of the environment, with the intention of developing a tool for the banks of Brazil, capable of evaluating the environmental performance of the companies, when they request the credit. Two basic activities stood out: the process of credit of the banks that act in Brazil and the presentation of a concrete case of the Company of Trade of Fuels, in order to simulate the application of the developed model, based on the analysis of the environmental aspects as the decisive component in the credit analysis. The model bases on the politics of IFC – International Financial Corporation – whose policy is to execute all the operations in an environmental way and socially responsible. In the final considerations, it is pointed out the proposal of waking up the Brazilian private bank section, to intensify the contributions on behalf of the environment. This way, taking decision for concession of credits, will provide larger safety and image valorization, assuring transparent projects, ethical, solids and sustainable.

Key words: Environmental variables. banks. Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Na década de 90 a questão ambiental deixou de ser vista como domínio exclusivo dos ecologistas e passou a ser incorporada às preocupações da sociedade.

Segundo Lerípio (2000), o Brasil dispõe de uma das mais avançadas legislações ambientais do mundo, embora as dificuldades para sua aplicação acentuem os conflitos existentes entre desenvolvimento e meio ambiente.

Assim como as legislações ambientais estão se tornando mais exigentes e uniformes, existe outra fonte de pressão para as empresas poluidoras: o mercado.

A sociedade protagoniza o papel de consumidor. Esta realidade coloca as empresas que operam nos setores críticos num fogo cruzado entre o público-alvo e organismos fiscalizadores.

De acordo com Gartner (1999), a solução dos problemas ambientais requer a participação de todos os elementos da sociedade, especialmente dos setores empresariais. Destaca-se a importância do setor financeiro que por ser o grande financiador da atividade econômica, pode contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade do meio ambiente, ao exigir de seus clientes poluidores a adoção de medidas de controle ambiental.

O aspecto ambiental tornou-se indispensável no contexto das instituições comerciais e industriais, influenciando de maneira direta na sua imagem perante os consumidores, refletindo, conseqüentemente, no valor das ações empresariais.

A crescente pressão sobre os que não estão comprometidos com a qualidade ambiental não provém somente de fontes internas decorrentes da aplicação da legislação em vigor; é exercida intensamente por fatores externos na

medida em que a poluição do meio ambiente ultrapassa fronteiras territoriais, afetando o planeta de forma geral.

Relata Scharf (2001) que a cobrança da sociedade e as multas serão cada vez maiores, conforme diz Mário Monzoni, coordenador do projeto Eco-Finanças, criado pela ONG Amigos da Terra. Sem paralelos no País, esse projeto pretende ajudar as instituições financeiras a incorporarem as questões sociais e ambientais ao processo de tomada de decisões – e lucrarem com isso. “Há quem prefira o confronto”, diz Monzoni. “Nós escolhemos dialogar.” Vendo o que ocorre lá fora dá para afirmar: os bancos que não abrirem os olhos agora poderão ter dores de cabeça no futuro.

No setor bancário brasileiro as iniciativas e programas existentes na área de crédito foram identificadas diante dos bancos oficiais que, embora atuem de forma diferenciada, possuem um objetivo-macro comum: a preservação do meio ambiente em busca de um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é reconhecida a carência de parceiros, principalmente no setor privado.

Segundo Gartner (1999), para que os bancos possam exigir de seus clientes um desempenho ambiental satisfatório, requer-se integrar a variável ambiental nas metodologias de análises de projetos.

Com base nesta lacuna busca-se apresentar um modelo de análise de crédito como forma de atender às expectativas da sociedade, atuar com segurança e, conseqüentemente, aumentar o valor de mercado perante consumidores e acionistas. O enfoque prende-se a formas de sensibilização dos responsáveis pelos bancos a fim de que, na concessão de crédito, o respeito pelo cenário natural da empresa seja considerado para efeito de análise e aprovação de recursos. A parceria é uma característica essencial das comunidades sustentáveis.

O exemplo de um caso real solucionado pelas partes atingidas mostra possibilidade de alargamento do campo de atuação dos bancos e instituições de crédito. Vislumbra um viés inexplorado por eles e preconiza uma mudança positiva no enfoque exclusivamente econômico-financeiro dessas instituições.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral consiste em desenvolver um modelo de análise de crédito que proporcione a inserção de variáveis ambientais no processo de crédito dos Bancos que atuam no Brasil.

Quanto aos objetivos específicos, pretende:

- Discorrer sobre o processo de crédito dos bancos que atuam no Brasil;
- Desenvolver um modelo de análise de crédito que incorpore variáveis ambientais;
- Apresentar uma simulação de análise de crédito utilizando o modelo proposto.

1.3 JUSTIFICATIVA

Necessidade de integrar as variáveis ambientais entre os pressupostos de concessão de crédito, o que, à vista da inovação, apresenta, intrínseco, um duplo aspecto pedagógico:

- Para os Bancos e agentes financeiros, que passam a assumir uma parcela da responsabilidade para com o meio ambiente;
- Para a clientela, corporificando um fator educacional, de conscientização da responsabilidade de cada um em relação à natureza.

Uma organização deve, antes de mais nada, atender de forma plena a legislação vigente. Esse pressuposto básico muitas vezes não é respeitado, em função de diversos aspectos, entre os quais a falta de fiscalização e a impunidade.

A realização de um diagnóstico de conformidade legal é um primeiro passo para que a organização conheça a legislação, as normas, regulamentações e outros instrumentos legais aplicáveis às suas atividades, bens ou serviços.

A preocupação com o meio ambiente vem alterando profundamente o estilo de administrar. Às metas de produção e vendas, algumas empresas estão incorporando procedimentos para redução da emissão de efluentes, para reciclagem de materiais, atendimento a situações de emergência e até mesmo análises do ciclo de vida dos produtos e impactos sobre a natureza.

Plantas industriais ganham modernos equipamentos de controle. Equipes começam a ser treinadas permanentemente para seguir processos e normas de segurança em todas as fases da operação, da utilização de matérias-primas ao transporte e entrega dos produtos. Novos processos e tecnologias permitem uma produção mais limpa, praticamente sem resíduos. Pesados investimentos vêm sendo feitos em projetos de educação e preservação ambiental. Reduzindo o risco de danos à natureza e concomitantemente eliminando desperdícios, garantindo ganhos de competitividade, a gestão ambiental começa a se tornar realidade no Brasil.

As instituições financeiras oficiais ganham um papel fundamental no cumprimento da política ambiental, quando passam a atuar de forma preventiva, desde a análise inicial do projeto até a sua efetiva implementação. A atividade do setor bancário pode complementar a ação que vem sendo adotada por empresas do setor produtivo que já utilizam práticas ambientalmente saudáveis, muitas vezes antecipando-se às próprias exigências e normas legais, em resposta ao aumento da conscientização da sociedade.

Por outro lado, entende-se que a contribuição do setor bancário pode ser intensificada; além dos bancos oficiais, muitos bancos privados podem colaborar para o desenvolvimento sustentável, promovendo o desenvolvimento de atividades produtivas que propiciem a conservação do meio ambiente, estimulando a utilização de itens de proteção e controle ambiental, contribuindo para a competitividade das empresas, cumprindo seu papel para com a natureza e também em relação à sociedade. Este estudo propõe-se a desenvolver uma ferramenta capaz de inserir e avaliar variáveis ambientais nas políticas, diretrizes, estratégias e processos de concessão e gestão de crédito dos Bancos que atuam no Brasil.

Com referência à clientela, o fato em si mesmo de precisar cumprir a exigência em relação à ecologia funcionará como motivo de reflexão acerca do papel e da responsabilidade de cada um e de cada empresa em relação à preservação do ambiente natural.

1.4 METODOLOGIA

Quanto à classificação da pesquisa, Silva e Menezes (2000, p.20), “ao compilarem as opiniões de diversos autores, definem quatro possibilidades de classificação das pesquisas: quanto à natureza, quanto à forma de abordagem, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos técnicos adotados”.

Baseadas nessas premissas, as configurações metodológicas do presente trabalho são discutidas a seguir.

Do ponto de vista dos objetivos, o trabalho situa-se na categoria de pesquisa exploratória, devido ao caráter recente e pouco explorado do tema escolhido. De acordo com uma classificação dos métodos de pesquisa em ciências sociais citada por Klockner (1999), um estudo exploratório ocupa o primeiro de cinco níveis diferentes e sucessivos, sendo indicado quando existe pouco conhecimento sobre o fenômeno.

De acordo com Gil (1991), pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas acerca do problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possuem ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias para a formulação de abordagens posteriores. Esse tipo de estudo visa a proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que ele possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados para o desenvolvimento do presente trabalho, com base na premissa de que nada é mais essencial para uma

teoria do que a respectiva prática e vice-versa (Demo, 1994), fez-se uso de duas modalidades de pesquisa: a bibliográfica (caracterizada como um estudo teórico) e a pesquisa de campo (caracterizada por um estudo de caso).

Segundo Lakatos e Marconi (1991), a pesquisa bibliográfica que pode ser considerada o primeiro passo de toda pesquisa científica, consiste no levantamento da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.

Segundo Gil (1999), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de proporcionar ao investigador a cobertura de uma gama de dados muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Em muitas situações, a única maneira de conhecer fatos passados é através de dados bibliográficos.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa de campo visou proporcionar um estudo acerca do modo como vem sendo tratado o tema da pesquisa numa realidade prática, a fim de corroborar os resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica. Para a realização desta modalidade do estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa que aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Chizzotti (1995) ressalta que nos últimos anos, nas ciências humanas e sociais, as pesquisas têm valorizado mais os aspectos qualitativos, expondo a complexidade da vida humana e evidenciando significados ignorados da vida social.

Quanto à forma de abordagem, o trabalho representa uma pesquisa qualitativa pois suas características principais foram as seguintes: a) considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; b) possui caráter descritivo; c) o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; d) a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador.

Quanto à natureza da pesquisa, este trabalho enquadra-se na categoria de pesquisa aplicada, no sentido de pretender gerar conhecimentos para aplicação

prática dirigidos à solução de problemas específicos, respeitando as peculiaridades de cada colocação.

1.5 LIMITAÇÕES DESTE TRABALHO

A limitação inicial consiste em conseguir dos empresários e banqueiros boa receptividade para o tema do trabalho. A questão ambiental é nova e implica em mudança de estrutura, requer investimentos. Faz-se necessário desapego dos privilégios imediatos do lucro, exigindo conscientização das partes, alargamento do sentido de cidadania e maturidade para encarar o assunto.

A carência ou divulgação limitada de estudos anteriores sobre inserção de variáveis ambientais no processo de crédito dos bancos que atuam no Brasil, dificulta e limita a disponibilidade de dados existentes sobre o tema.

A bibliografia recente acerca do assunto é escassa e não abrange de forma expressa a questão dos fatores determinantes do sucesso ou do fracasso da inserção de variáveis ambientais no processo de crédito dos bancos que atuam no Brasil, bem como a receptividade por parte das empresas.

A maior limitação situa-se na subjetividade da avaliação dos atributos dos impactos ambientais. Seria importante a existência de uma estrutura amplamente descritiva de padrões de comportamento dos impactos, envolvendo os diversos ramos de atividades, o que tornaria o modelo mais objetivo.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma:

O capítulo 2 apresenta um breve histórico da política ambiental brasileira com ênfase no desenvolvimento sustentável.

O capítulo 3 discorre sobre o processo atual de crédito dos bancos que atuam no Brasil.

O capítulo 4 apresenta um modelo para avaliação do desempenho ambiental;

O capítulo 5 apresenta um grave acidente ambiental ocorrido na região oeste do Paraná em 2001, onde é simulada a aplicação do modelo desenvolvido antes e após o acidente.

No capítulo 6 são apresentadas as conclusões, recomendações para trabalhos futuros e considerações finais.

2 POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL

2.1 BREVE HISTÓRICO

Este breve histórico da política ambiental brasileira tem a finalidade de contextualizar a estrutura gerencial atual e sua evolução no tempo.

Conforme Pádua (1999), desde o início da monarquia no Brasil, a preocupação com o meio ambiente ocupava a agenda de figuras públicas como José Bonifácio de Andrada e Silva, líder do movimento político que resultou na independência do País. Em 1823, ele afirmou: A natureza fez tudo a nosso favor, porém, nós pouco ou nada temos feito a favor da natureza.

Segundo Donaire (1999), o país como nação não legitimou, no tempo, o respeito para com a natureza. Cento e cinquenta anos depois, culminou por rejeitar, firmemente, a adoção de padrões internacionais para a proteção ambiental na 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia.

O planejamento do governo, durante a segunda metade da década de 1970 tratou pela primeira vez da questão do meio ambiente. Também ampliou-se o objeto da atenção governamental, que passou a incluir atividades industriais urbanas, daí derivando o posterior disciplinamento jurídico dessas atividades.

No processo de elaboração da Constituição de 1988, as organizações não-governamentais, a comunidade científica e outros representantes da sociedade civil criaram um mecanismo informal de debate e encaminhamento de propostas que conseguiu, mais do que qualquer outra área, levar seus objetivos ao texto constitucional.

A Constituição, além de ter capítulo completo sobre questões ambientais, consagrando direito a todos os brasileiros, define também competências a todos os

entes federativos: a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, definindo formas de atuação em prol da proteção e defesa do meio ambiente.

Em 1988, a morte trágica do líder seringueiro Chico Mendes fez com que aflorasse internacionalmente o problema do Brasil com as questões pelas quais ele lutava: a reforma agrária e a proteção das florestas; mostrou a fragilidade do controle ambiental no Brasil, sujeitando-o, portanto, a pressões internacionais.

A conscientização ambiental da sociedade brasileira culminou com a realização da Rio 92, em 1992. O documento do governo brasileiro na Rio 92 – O desafio do Desenvolvimento Sustentável: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – concentrou-se no diagnóstico da situação ambiental brasileira, enumerando um elenco de ações para o desenvolvimento futuro.

Para Bursztyn et al (2000), o governo brasileiro reconhece, pelo lado acadêmico, que a formação de pesquisadores no exterior, apesar de ter permitido a geração de uma competência científica no trato das questões ambientais, reproduziu a tendência a forte orientação setorial, em desfavor de uma abordagem transdisciplinar e integradora, requerida pelo tema em foco. Acrescenta que a abordagem integradora deve, doravante, estar incorporada na formação dos pesquisadores. O documento ressalta também a demanda ainda insatisfeita por treinamentos intensivos em gerenciamento de recursos e impactos ambientais, nas empresas privadas e nas instituições públicas.

O final do século 20 apresentou grandes mudanças intelectuais. Segundo Lovins e Lovins (2000), a mais evidente foi a degradação do comunismo e a aparente vitória do capitalismo de mercado. O mais importante foi o começo do fim da guerra contra a terra e o surgimento de um novo modelo de fazer negócios.

Pode ser definido como uma tentativa de conferir o devido valor à natureza e às pessoas e assim, atingir lucros extraordinários e vantagens competitivas. Esse novo conceito vem sendo chamado de capitalismo natural; trata-se da valorização da natureza e do homem, sem os quais não há vida nem, portanto, atividade econômica; é um possível caminho para proporcionar desenvolvimento sustentável para a humanidade. O novo imperativo consiste em usar recursos como energia,

água, madeira, minerais e solo arável de maneira mais produtiva, jamais esquecendo de preservar sua fonte natural.

O capitalismo natural faz mais do que conservar a natureza, ele pode ajudar a salvar a sociedade. Sua eficiência pode concorrer para suplantar a escassez de trabalho, para dar esperança, segurança e satisfação, atuando sobre causa comum, o desperdício de recursos, de dinheiro e de mão-de-obra. As empresas que avançarem neste contexto poderão fornecer trabalho diferenciado para número maior de pessoas, constituindo-se em fonte primordial de inovação.

Clientes e consumidores estão passando a valorizar produtos ecologicamente corretos e o consumo elevado de recursos naturais, sobretudo dos não-renováveis, vêm sendo causa de crescente busca por soluções imediatas. Logo, é preciso evitar agressões ao meio onde vivem os consumidores e até proporcionar benefícios que os levem a ver seu fornecedor como empresa cidadã, merecedora da sua confiança e de aval para continuidade e propaganda.

Segundo Lovins e Lovins (2000,p.162), “o capitalismo natural poderá se transformar no regime que regerá as relações econômicas no futuro se os recursos naturais da terra passarem a ser adequadamente avaliados. Ora, uma parte considerável dos ativos naturais do planeta continua a ser desperdiçada; é fácil de entender, porque razão tais recursos não são levados em consideração nos balanços das empresas nem na contabilidade dos governos”.

Para Hawken, Lovins e Lovins (1999), a tendência é que o capitalismo natural absorva o capitalismo industrial com novos padrões, como o capitalismo industrial absorveu a economia agrária. Ao unir objetivos ecológicos e econômicos, ele premiará as escolhas e as empresas que conseguirem atingir os dois.

O meio ambiente e o progresso econômico são variáveis dependentes entre si; existe a necessidade de uma convivência pacífica entre estas variáveis diretamente inter-relacionadas, requerendo um trabalho de parceria para que tenham sucesso.

O fator ambiental deve ser considerado um dos mais importantes desafios que o mundo dos negócios enfrentará no início do terceiro milênio. Diante desse

novo quadro, as empresas assumem importância fundamental, devendo substituir qualquer postura reativa, em relação às questões ecológicas, por uma atitude pró-ativa, substituindo as notícias decepcionantes e desagradáveis por surpresas positivas que cativam consumidores.

O tema deste trabalho enfoca sobre a obediência ao disposto nas seguintes leis, regulamentos e exigências governamentais:

Lei 6.938, promulgada em 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, dá outras providências; regulamentada pelo Decreto nº 99274 de 06 de junho de 1990, trata da criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e política nacional do meio ambiente;

Decreto nº 91.145, de 15 de março de 1985, cria o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e dispõe sobre a sua estrutura, transferindo para seu âmbito os órgãos CONAMA e SEMA;

Constituição Federal no Artigo 225º consagra o direito de todos os brasileiros ao meio ambiente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida saudável;

Lei nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, institui o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, incorporando a SEMA e algumas áreas das agências federais;

Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, que inaugura uma nova configuração institucional, ao propor a criação da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM/PR), com a finalidade de “planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relativas à Política Nacional do Meio Ambiente e à preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis”;

Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992, transforma a SEMAM/PR no Ministério do Meio Ambiente – MMA, o qual, em 9 de dezembro de 1993, altera sua denominação para Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal desde então;

Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, altera o nome da pasta para Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal;

Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o mais recente instrumento jurídico de proteção ao meio ambiente, a pessoa jurídica é responsável administrativa, civil ou criminalmente por todas as práticas consideradas por aquele diploma legal como crimes contra o meio ambiente, independente de que a infração tenha sido cometida por decisão, em interesse ou benefício próprio, de representante legal ou contratual, ou ainda, por órgão colegiado.

Medida provisória nº. 1.795, de 1º de janeiro do ano de 1999, ganha a denominação atual, Ministério do Meio Ambiente;

De acordo com Baptista e Lawson (2002, p.66), “o anteprojeto do Código Ambiental Brasileiro, preparado pela comissão de juristas criada pelo Decreto nº 34860/93, do governo do Estado de São Paulo vem, no Art. 177, parágrafo primeiro, ao encontro das argumentações ora expostas”.

Parágrafo primeiro: “As instituições financeiras, bancárias ou de crédito, públicas ou privadas, quando financiarem, direta ou indiretamente, projetos e empreendimentos em desacordo com as normas ambientais vigentes, são solidariamente responsáveis por eventuais danos causados ao meio ambiente”.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Procura-se fundamentar o conceito de desenvolvimento sustentável como forma de solidificar a necessidade atual de parcerias no campo ambiental, valorizando ainda o propósito deste trabalho. A humanidade será a grande beneficiada, quando adicionarem as exigências das leis ambientais à crescente conscientização dos consumidores.

Além das implicações econômicas, tecnológicas, requer também bom senso. A aplicação no dia-a-dia exigirá mudanças na produção e no consumo, na forma de

pensar e de viver, em síntese. Portanto, além das questões ambientais, tecnológicas e econômicas, o desenvolvimento sustentável envolve uma dimensão cultural e política, que vai exigir a participação democrática de todos, nas tomadas de decisões para as mudanças indispensáveis.

De forma geral, o processo de gestão empresarial voltado para o meio ambiente é um dos pontos fracos do Brasil. A conscientização é crescente e as leis contra os crimes ambientais estão cada vez mais poderosas. O que falta é a capacidade de gestão, e que essa dimensão seja absorvida pela máquina pública. Muitos fracassos nesta área, como a demora em solucionar um desastre ambiental, ocorrem por total falta de capacidade de gestão ambiental. O Estado está falido, debilitado e fragmentado. Os setores que mais sofrem são os emergentes, no exemplo daqueles que se preocupam com o meio ambiente.

Segundo Donaire (1999, p.23), “a conscientização social refere-se à capacidade de uma organização para responder às expectativas e pressões da sociedade. Nesse sentido, a busca de procedimentos, mecanismos, arranjos e padrões comportamentais desenvolvidos pelas empresas, marca aquelas que são mais ou menos capazes de responder aos anseios da sociedade”.

O cenário brasileiro é característico: país em desenvolvimento requer investimentos ambientais para adquirir sustentação. A escassez de recursos financeiros é fato consumado, necessitam-se parcerias externas para que se possa repassar recursos de longo prazo. As empresas, de forma geral, têm consciência do problema e admitem a necessidade de recursos de longo prazo para utilização na área ecológica. Acontece que, além dos órgãos governamentais, que possuem caráter fiscalizatório, resta muito pouco apoio, em nível nacional.

A avaliação do comportamento das empresas com relação à questão ambiental, seja pelos clientes, potenciais financiadores ou consumidores de seus produtos e serviços, passa a ser mais freqüente, exigindo que a postura ambiental adequada por parte daquelas passe a ser essencial para sua manutenção no mercado, de forma competitiva.

Entretanto, existe diferença entre a avaliação realizada pelos clientes e consumidores daquela realizada pelas instituições financeiras que pretendam fazer

investimentos em projetos que possam produzir impactos negativos ao meio ambiente. Trata-se de responsabilidades distintas, a primeira diz respeito apenas à imagem da empresa; a segunda, mais complexa, envolve aspectos que podem implicar em prejuízos de natureza econômica às instituições financeiras.

Para Lerípio (1996), as organizações não podem mais desconsiderar os aspectos relacionados à preservação da natureza. Diante disso, a variável ambiental vem-se tornando mais um importante diferencial competitivo com o qual as empresas devem-se preocupar, para agir na busca de um desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, considerando que, ao financiar uma atividade causadora de danos ao meio ambiente, a instituição financeira está a contribuir, ainda que indiretamente, para ocorrência do dano, pode ela vir a ser responsabilizada solidariamente pela sua reparação, independentemente da existência de culpa.

Segundo Baptista e Lawson (2002, p.65), “os órgãos de proteção ambiental e o Ministério Público tendem a ser cada vez mais ativos na fiscalização de fontes poluidoras, aplicando pesadas multas pecuniárias, além de proporem ação cível pública afetando o bolso e a imagem do poluidor, sem mencionar a possibilidade de instauração de inquérito no âmbito penal”.

Assim, a responsabilidade ambiental está presente nas organizações; aquelas que administrarem suas atividades com filosofia de prevenção, certamente representarão garantia maior, obtendo ganho de imagem e conseqüente vantagem na obtenção de créditos; por outro lado, as instituições financeiras tendem a ser cada vez mais rigorosas na liberação de financiamentos, avaliando-os com muito critério e de forma contínua, cabendo inclusive a suspensão do financiamento caso se comprove que as atividades desenvolvidas pelo tomador do financiamento infringem a Legislação Ambiental.

Segundo Lerípio (1996), o ambiente empresarial vem passando, nos últimos anos, por um período de consideráveis transformações. A sobrevivência das organizações no mercado atual depende, mais do que nunca, de sua competitividade, que hoje é função direta da produtividade e da qualidade da empresa.

Entre a necessidade e a cobrança surge a oportunidade de parceria; daí a intenção de propor aos bancos que atuam no Brasil, a possibilidade de carregar esta bandeira e colher os frutos advindos desta iniciativa.

Dansereau (1999) destaca que as ciências do meio ambiente estão à procura de uma nova síntese do saber e de uma nova prescrição cujo princípio será mais ecológico do que econômico e mais ético do que científico. As responsabilidades individuais e sociais, vistas sob a luz concentrada da crise global, não podem mais ser concebidas em termos estritamente econômicos, sociais ou políticos.

Os fatores ambientais têm ganhado importância e prioridade na avaliação da estratégia de marketing da organização, pois as alterações da legislação ambiental, cada vez mais rigorosas, e a crescente conscientização ambiental da sociedade e dos consumidores têm feito surgir oportunidades e ameaças na comercialização de bens e serviços que devem ser adequadamente avaliados para garantir a competitividade da empresa e preservar-lhe a imagem e a responsabilidade social.

Para medir o desempenho na era do conhecimento há que se considerar, necessariamente, o grau de responsabilidade social das organizações, quanto aos cuidados destinados à sua relação com o patrimônio natural da humanidade. A manutenção das atividades econômicas sem a preocupação com os resíduos da produção e a deposição destes no meio natural têm ocasionado degradação da qualidade de vida do homem, com risco de comprometer seriamente as condições de vida das futuras gerações.

Segundo Malheiros (1998, p. 6), “a gestão ambiental pública é entendida no escopo do conceito de gestão em que o governo adota instrumentos e mecanismos para gerenciar a questão ambiental; é o papel do Estado como gestor do meio ambiente. Através da política, do planejamento e da gestão ambiental pública, o Estado adota um conjunto de práticas e ações que envolvem diferentes agentes na proteção ambiental”.

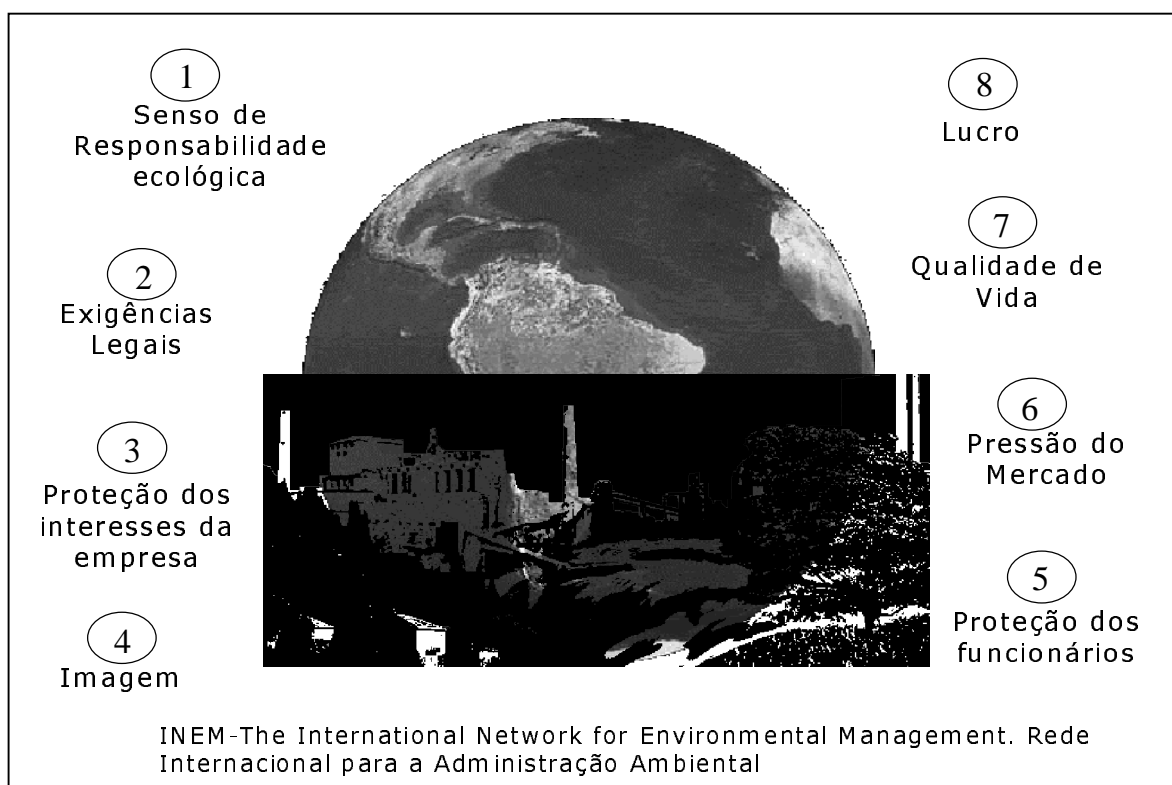
Inicia-se agora uma transformação fundamental de visão do mundo na ciência e na sociedade, uma modificação de paradigma radical. Essa compreensão ainda não despontou na totalidade das lideranças políticas. O reconhecimento de

que é necessário mudar profundamente a percepção e o pensamento para garantir a continuidade ainda não atingiu todas as parcelas de população no País.

A evolução das preocupações ambientais no Brasil e no mundo permite aferir que a caminhada rumo ao comportamento ético-ambiental é ainda longa. Conscientizar a sociedade da necessidade de preservar o meio ambiente buscando um crescimento econômico harmonizado com a conservação dos recursos naturais depende de políticas governamentais de incentivo e, principalmente, de educação. É preciso não só atender às necessidades básicas da população mais carente, como também lutar contra diversas manifestações de subdesenvolvimento latentes no país, inclusive políticas.

A figura 1 apresenta uma síntese dos aspectos que motivam as empresas a aceitarem a responsabilidade pela proteção do meio ambiente.

FIGURA 1 – MOTIVAÇÕES PARA A PROTEÇÃO AMBIENTAL NA EMPRESA



Fonte: Callenbach et al (1993, p.26)

2.3 RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” surge em nível mundial em 1980, no relatório “Estratégia Mundial para a Conservação dos Recursos Vivos para um Desenvolvimento Sustentado”; desperta-se então para a necessidade da conciliação da conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento e apresentam-se três princípios essenciais a serem seguidos:

- Importância da manutenção dos sistemas de sustentação da vida;
- Necessidade de preservar a diversidade genética;
- Utilização dos recursos naturais de forma sustentável.

No passado as exigências referentes à proteção ambiental eram consideradas um freio ao crescimento da produção, um obstáculo jurídico legal e demandante de grandes investimentos de difícil recuperação; portanto, fator de aumento de custos de produção. Começa a ficar evidente que a despreocupação com os aspectos ambientais pode-se traduzir no inverso: aumento de custos, redução de lucros, perda de posição no mercado e até em privação da liberdade ou encerramento de atividades. A proteção do meio ambiente transformou-se em oportunidade para abrir e conquistar mercados e prevenir-se contra restrições futuras quanto ao acesso a créditos e mercados internacionais.

Para Maimon (1999), as vantagens competitivas e a própria imagem das empresas começaram a ser traduzidas em ganhos de custos e sobretudo de mercado. A responsabilidade ambiental, por sua vez, passou a constituir um adicional de competitividade, acarretando novas oportunidades de negócios.

North (apud Donaire, 1999, p.59) enumera os benefícios da gestão ambiental que estão discriminados no Quadro 1 a seguir.

QUADRO 1 – BENEFÍCIOS DA GESTÃO AMBIENTAL

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS
<p>Economia de Custos</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Economia devido à redução do consumo de água, energia e outros insumos; ➤ Economia devido à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes; ➤ Redução de multas e penalidades por poluição. ➤ Incremento de Receitas ➤ Aumento da contribuição marginal de “produtos verdes” que podem ser vendidos a preços mais altos; ➤ Aumento da participação no mercado devido a inovação dos produtos e menor concorrência; ➤ Linhas de novos produtos para novos mercados; ➤ Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhoria da imagem institucional; ➤ Renovação do “portfólio” de produtos; ➤ Aumento da produtividade; ➤ Alto comprometimento do pessoal; ➤ Melhoria nas relações de trabalho; ➤ Melhoria da criatividade para novos desafios; ➤ Melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas; ➤ Acesso assegurado ao mercado externo; ➤ Melhor adequação aos padrões ambientais.

Fonte: Adaptado de North, K. Environmental Business Management.

Segundo Campos e Lerípio (1997), o ponto-focal da questão reside na necessidade de coexistência harmoniosa entre a boa qualidade do meio ambiente e a geração de riqueza, encaradas como variáveis interdependentes.

A relação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico deixa de ser vista como conflitante para ser alçada a uma parceria, na qual o crescimento

econômico deve perseguir a conservação dos recursos naturais. A boa imagem da organização no contexto da crescente globalização dos mercados passa a ser fator estratégico de competitividade, tornando fundamental para as empresas agregar ao sistema de gerenciamento a gestão do meio ambiente.

Na visão de Donaire (1999, p.28), “o conceito de desenvolvimento sustentável, que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas, é a nova palavra de ordem desde que a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU) publicou seu relatório, em abril de 1987, sob a denominação de “Nosso Futuro Comum”.

O modelo de desenvolvimento sustentável é a melhor forma de não se comprometer a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Este conceito tem levado muitos países a adotarem este modelo como alternativa para conter a acelerada degradação dos recursos naturais, provocadas por um modelo inadequado de desenvolvimento.

O paradigma de desenvolvimento sustentável baseia-se no gerenciamento racional dos recursos e na prudência de buscar equilíbrio entre ambiente natural e ambiente econômico, conjugando os interesses do sistema de produção ambiental com o sistema de proteção humana.

Nesse novo modelo, o homem deve buscar viver ordenando o uso dos recursos naturais (que são limitados), com as necessidades (que são ilimitadas). A presença do Estado nessa área é insubstituível. Sua responsabilidade é definir, em conjunto com as comunidades e empresas, as normas para a legislação ambiental. Cabe também ao Estado criar mecanismos para permitir que os custos sejam assumidos por quem agride o meio ambiente e para que os benefícios sejam repassados para os que preservam o meio ambiente. Do ponto de vista operacional, um incentivo à conservação ambiental é bem mais eficiente do que a aplicação da penalidade.

Cada vez mais, as questões ambientais são consideradas pelas empresas como importante fator de sucesso para que os produtos e serviços possam ser aceitos no mercado local e mundial. Nesse contexto, tais questões não são levadas

em conta somente sob o ponto de vista ecológico, mas também sob a ótica econômica, observando-se a competitividade e as oportunidades de geração de negócios e evolução dos empreendimentos.

2.4 ADMINISTRAÇÃO COM CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

Segundo Callenbach et al (1993, p.33), “a inclusão da proteção do meio ambiente entre os objetivos da administração amplia substancialmente todo o conceito de administração”.

As empresas, quando incluem objetivos ambientais em seus projetos de administração, deixam o método tradicional, via de regra puramente econômico, e ampliam seus horizontes. Elas temem que o fato de tornar público um compromisso ambiental ou social signifique colocar-se à mercê de uma fiscalização mais rigorosa da mídia. Companhias que fazem a promessa solene de melhorar seu desempenho ecológico são colocadas num patamar mais elevado; e podem atrair mais publicidade negativa em função de seus pontos fracos do que companhias cujo histórico é muito pior, mas que não tentam mudar.

O risco existe, é preciso coragem para estabelecer desafios: no entanto, os frutos de um programa bem sucedido são relevantes. É possível que os investidores e acionistas usem cada vez mais a sustentabilidade ecológica, no lugar da estrita rentabilidade, como critério para avaliar o posicionamento estratégico de longo prazo pelas empresas.

Segundo Callenbach et al (1993), quanto mais dinâmico o estado de equilíbrio, mais flexível o sistema vivo; quanto mais flexível o sistema, é maior a sua estabilidade. Tensão é falta de flexibilidade.

O administrador sabe que as contradições dentro de uma empresa são sinais de sua variedade e vitalidade; e que dessa forma contribuem para a viabilidade do sistema. Sem conflitos não pode haver desenvolvimento algum.

Cientes da natureza da empresa como sistema vivo, os administradores emitem impulsos e não instruções.

A mudança para tornar as operações ecologicamente responsáveis depende da participação de todas as pessoas da empresa. Enquanto os funcionários não estiverem convencidos, o projeto malogrará, não importa quão bem tenha sido elaborado sob outros aspectos. Caso alguém não esteja convencido, é necessário reforçar as vantagens, dar orientação, demonstrar respeito e consideração, aumentar a flexibilidade e intensificar o potencial de aprendizado no sistema, com o intuito de motivá-los.

Quanto maior for a percepção de que o trabalho que executam ajudará a proteger o ambiente, maior será o entusiasmo dos funcionários com a execução da eco-auditoria com implementação de seus resultados na empresa.

QUADRO 2 – ANÁLISE DA FILOSOFIA EMPRESARIAL

Os altos executivos precisarão perguntar-se com toda honestidade:

- Estou realmente preocupado com o estado do mundo, ou vou agir simplesmente para conseguir uma melhor imagem ou alimentar o meu ego?
- Realmente entendo as idéias-chave da ecologia, ou repito alguns jargões?
- Eu mesmo vivo de forma ecologicamente consciente, ou existe uma discrepância entre minhas palavras e meus atos? Eu faço o que prego?
- Até que ponto os princípios da administração sistêmica fazem parte da nossa cultura empresarial?

Exame da sustentabilidade ecológica do setor do qual a empresa faz parte:

- Os produtos e serviços do setor são ecologicamente corretos, ou desnecessariamente destrutivos?
- Que mudanças tornariam o setor menos prejudicial do ponto de vista ecológico?

Exame da sustentabilidade da empresa:

- Qual é a nossa filosofia com relação ao crescimento econômico?
- Que restrições faríamos ao conceito de crescimento?
- Podemos continuar motivados para a mudança sem o objetivo do crescimento quantitativo?

Análise de questões-chave:

Quais são as oportunidades e riscos em nosso ambiente operacional e no mercado?

- Legislação
- Consciência do público
- Consciência dos clientes
- Atividades dos concorrentes
- Desenvolvimentos científicos e tecnológicos

Quais são os nossos pontos fortes ou fracos?

- Disponibilidade de fundos para investimentos de cunho ecológico
- Consciência ecológica da alta administração
- Flexibilidade de administradores e funcionários
- Importância dos produtos e serviços da empresa para a proteção ambiental e a justiça social
- Apoio da comunidade às melhorias ecológicas

2.5 TRANSFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL EM GERENCIAMENTO ECOLÓGICO

De acordo com Callenbach et al (1993), o objetivo do gerenciamento ecológico é minimizar o impacto ambiental e social das empresas, a fim de torná-las o mais ecologicamente possíveis operacionalmente.

A administração ambiental representa uma abordagem defensiva e reativa, enquanto o gerenciamento ecológico possui características ativas e criativas. Um aspecto essencial dessa mudança é que a percepção do mundo como máquina cede lugar à percepção do mundo como sistema vivo.

Empresas são sistemas vivos, cuja compreensão não é possível apenas pelo prisma econômico; assim, não podem ser rigidamente controladas por meio de intervenção direta, porém podem ser influenciadas pela transmissão de orientações e emissões de impulsos.

Os recursos naturais estão cada vez mais escassos, tornando-se urgente corrigir os desequilíbrios ambientais, sob pena de ocorrer sérios problemas no futuro. Assim, o gerenciamento ecológico minimiza os efeitos nocivos ao ambiente causados pelas atividades industriais possibilitando o gerenciamento do risco conforme apresenta-se na figura 2.

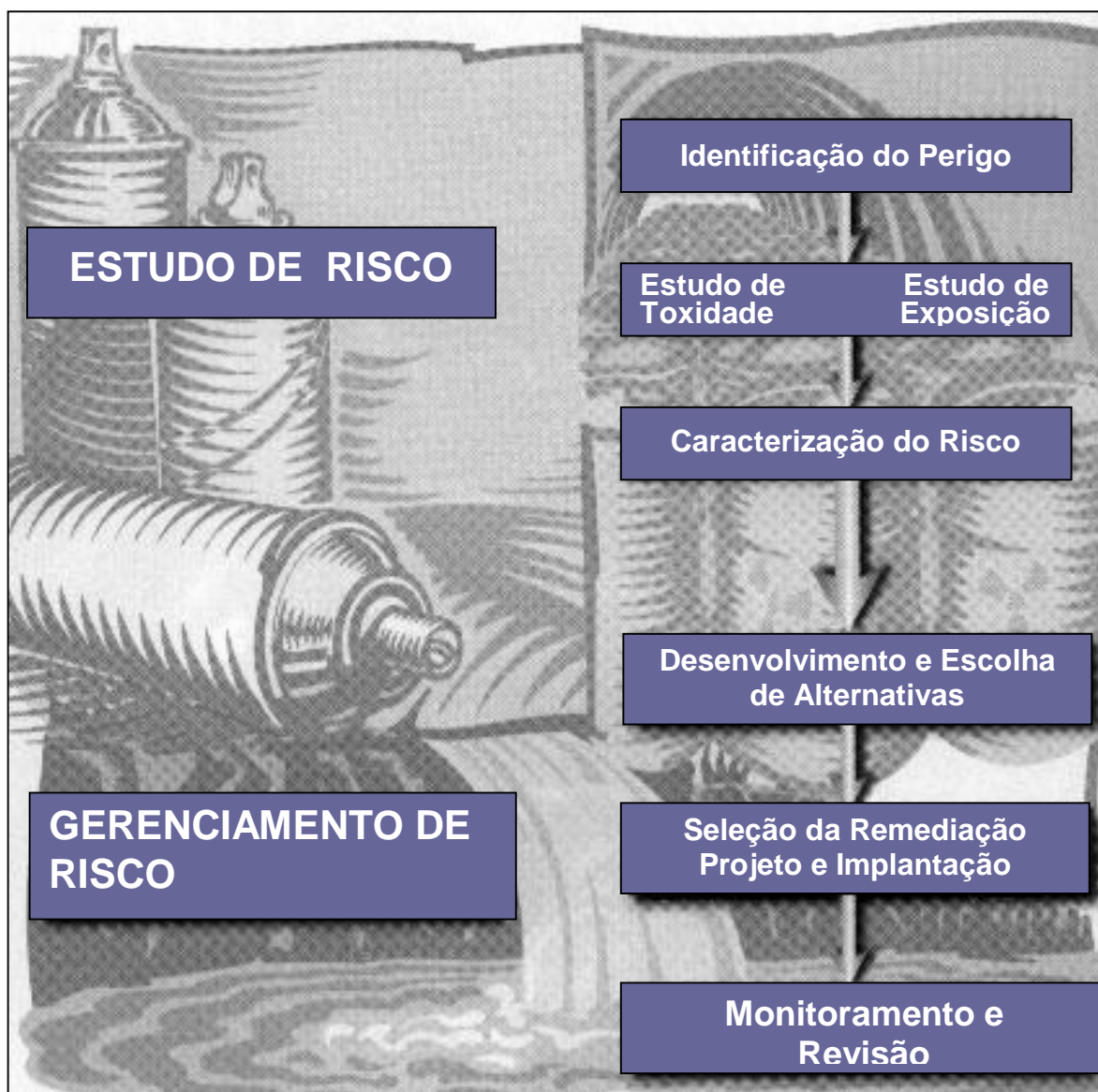
Segundo Ramos (2001, p.32-41), “o estudo de risco pode ser definido como um processo de estimativa da probabilidade de ocorrência de um evento e a magnitude provável de seus efeitos adversos (econômicos, sobre a saúde e segurança humana, ou ainda ecológico) durante um período de tempo especificado”.

Apesar de ser difícil a sua conceituação, o risco é inerente à vida diária e em todas as decisões tomadas. Houaiss e Villar definem-no como probabilidade de perigo com ameaça física para o homem e/ou para o meio ambiente.

Na análise de perigo da segurança do trabalho, os efeitos finais são bem definidos: fatalidades, danos e perdas econômicas. O impacto é imediato e transparente; a causa e efeito estão claros no seu inter-relacionamento.

O grande desafio da sociedade empresarial moderna é manter atividades econômicas competitivas, agregando valor às partes interessadas, adotando práticas transparentes e condutas éticas que valorizem o ser humano, a sociedade e o meio ambiente.

**FIGURA 2 – MODELO AMERICANO
DE ESTUDO DE GERENCIAMENTO DE RISCO**



Fonte: Galvão Filho (2001 p.36) - Revista Banas Ambiental.

Para Callenbach et al (1993, p.90), “a auditoria ecológica implica o reconhecimento de que o crescimento econômico ilimitado num planeta finito só

pode levar ao desastre. Dessa forma, faz-se uma restrição ao conceito de crescimento, introduzindo-se a sustentabilidade ecológica como critério fundamental de todas as atividades de negócios”.

Tal preocupação com a sustentabilidade ecológica aumenta a credibilidade da empresa interna e externamente, abrindo perspectivas de longo prazo. Na visão do gerenciamento ecológico, preocupações sociais e ambientais não devem competir. Caso isto ocorra, a empresa está no caminho equivocado.

O entendimento legal de que os bancos são co-responsáveis pelo envolvimento com empresas que provoquem danos ambientais requer reflexão por parte dos bancos, que são obrigados a assumirem os custos de mitigação de acordo com a aplicação do princípio poluidor pagador.

Segundo Boyer e Laffont (apud Gartner, 1999), esse princípio é adotado nos tribunais dos Estados Unidos e do Canadá e, recentemente, também nas cortes da Inglaterra. Nos Estados Unidos foi criado em 1980 o “Comprehensive Environmental Response, Compensation and Liability Act”. Essa regulamentação especifica que as partes responsáveis pelos custos de limpeza após um acidente ambiental podem incluir também os atuais e antigos proprietários ou administradores das instalações poluidoras (operadores). Isso atinge os bancos que estiverem envolvidos no controle acionário ou na supervisão ou monitoramento das atividades de uma empresa poluidora.

Destacam-se três casos de bancos norte-americanos julgados co-responsáveis pelos danos ambientais de seus clientes e que arcaram com parte dos custos de limpeza: “Mellon Bank, Maryland Bank and Trust e Fleet Factors Corporation”.

O “Mellon Bank”, em 1995, foi julgado co-responsável por danos ambientais por ter participado intensamente da administração da empresa poluidora “Mirabile”. Nesse mesmo processo, dois outros bancos, “American Bank and Trust e The Small Business Administration”, foram inocentados porque sua participação na administração daquela empresa não foi tão intensa. Para a corte, o fato do “Mellon Bank ter criado uma relação direta com a “Mirabile”, através de um sistema de

relatórios e de visitas regulares às suas instalações, caracterizou-o como operador e, portanto, responsável pelos custos de recuperação dos danos ambientais.

O “Maryland Bank and Trust”, em 1986, foi condenado porque tinha a hipoteca de uma fazenda usada como local de disposição de resíduos. O banco forçou a empresa a ir à falência e comprou o terreno na execução da hipoteca. Tambores de produtos químicos foram descobertos vazando nessas instalações em 1993 e a autoridade ambiental americana “Environmental Protection Act – EPA” processou o banco, caracterizado como proprietário, pelos danos ambientais verificados.

O “Fleet Factors Corporation”, em 1990-1991, foi julgado co-responsável pelos danos ambientais de seu cliente, pois participava de sua administração financeira, o que lhe dava condições de influenciar na administração geral da empresa, mesmo que não estivesse envolvido em suas operações.

Não somente as possibilidades de enquadramento como co-responsáveis por danos ambientais trazem riscos aos bancos. A própria concessão de empréstimo bancário a clientes com passivos ambientais pode resultar em más conseqüências aos bancos credores, principalmente se a estrutura financeira do cliente apresentar indícios de insolvência e abrir falência.

O eco-administrador precisa enfrentar esses desafios e harmonizar essas preocupações com vistas a aumentar a participação, as perspectivas e bases de sustentação. O trabalho de arregimentar pessoas para as questões ambientais ou administrativas pode levar tempo; por outro lado, as pessoas se empenham mais para assegurar o sucesso de um esforço que tenham ajudado a construir.

Uma possível metodologia da melhoria ecológica numa empresa consiste em mobilizar o interesse e a engenhosidade de todos os funcionários.

2.6 INICIATIVAS EM PROL DO MEIO AMBIENTE

A conciliação de atividades empresariais e a preservação do meio ambiente no Brasil fortaleceram-se a partir dos anos 80, acompanhando uma tendência mundial. Naquela década, o movimento internacional ambientalista já se destacava e muitos setores dos países desenvolvidos uniam-se em busca de soluções compartilhadas que pudessem resolver semelhantes problemas.

No Brasil, a constituição de 1988 foi fundamental para a consolidação da consciência ambiental. Tanto as empresas quanto as pessoas físicas, por força da legislação, passaram a responder pelos atos ou omissões com relação à degradação da biosfera.

Embora a inspiração tenha ocorrido por força de um instrumento jurídico, aos poucos foi crescendo a consciência do problema, principalmente quando relacionada às atividades da indústria e do comércio. Exigências em busca de um meio ambiente saudável forçaram as empresas a repensar investimentos e redirecionar ações; os primeiros foram tratados como cartões de visitas, abrindo portas para o comércio interno e externo, tornando-se um diferencial importante e de grande competitividade.

De acordo com Carvalho e Ribeiro (2000), ao captar do meio ambiente recursos naturais, renováveis ou não, a empresa está utilizando um patrimônio social. Tais recursos, quando usados de forma inadequada, afetam negativamente o patrimônio natural, via redução do volume de água potável, do nível de qualidade do ar, da diminuição da área de terras habitáveis ou cultiváveis. Restringem portanto, as condições de vida das gerações futuras e até mesmo da presente.

A Conferência do Rio, em 1992, proporcionou enorme agregação de conhecimento, haja vista a participação de países de todos os continentes. Os objetivos foram discutir propostas e conclusões do relatório que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável e comemorou os 20 anos da Conferência de Estocolmo.

Participaram das sessões mais de 30 mil pessoas, no acontecimento considerado um marco na história da humanidade, tendo em vista as gerações vindouras.

Conforme Castro et al (1996), a Conferência do Rio produziu documentos fundamentais ao conceito de desenvolvimento sustentável. A ONU realizou também conferências sobre as relações entre meio ambiente e indústria, clima, desertificação, população e ainda sobre a questão da água; elas tiveram grande importância para o desenvolvimento dos temas.

Esse intercâmbio estabeleceu mais do que um compromisso, proporcionou um avanço significativo em nível mundial com relação à consciência ecológica.

Esse fato motivou multiplicação do número de organizações voltadas à proteção do meio ambiente, com apoio de agências governamentais, organizações internacionais e privadas.

O encontro incentivou o desenvolvimento sustentável e divulgou ações que asseguram a perpetuação da vida selvagem e dos recursos naturais no maior número de áreas do globo terrestre, tanto em razão de valores científicos e culturais intrínsecos como também em benefício do bem-estar econômico e social da humanidade, a curto e longo prazo.

Dentre as organizações de natureza privada, estão as ONGs—Organizações não Governamentais, sem fins lucrativos, voltadas para a preservação da natureza e para a prevenção, controle e combate à poluição. Elas têm se multiplicado no Brasil e no mundo de maneira rápida, variando amplamente quanto às esferas de atuação e objetivos. Em nível nacional, as ONGs surgiram por meio de entidades já estruturadas a partir de 1927. Após a década de 60 aumentaram as preocupações com relação ao meio ambiente, multiplicaram-se as unidades existentes no país.

Segundo Castro et al (1996), o Brasil ocupa posição de destaque como foco das atenções ambientais no mundo inteiro, principalmente por abrigar 60% da Floresta Amazônica, a grande reserva da biodiversidade no planeta.

As alterações climáticas que ocorrem no mundo, provocadas por lançamentos de gases na atmosfera, em especial dióxido de carbono, metano,

óxidos de nitrogênio e outros, provocam o aumento da temperatura na terra ocasionando o efeito estufa, como ocorre no Brasil.

Em particular deve-se atentar ao desmatamento na região da Amazônia; também à emissão de fumaça e gases provocados pelas indústrias, meios de transporte e produção de energia.

Quanto aos fatores originários, caso não tenham o devido acompanhamento podem alterar o equilíbrio climático na região e em outras áreas. Quanto à Floresta Amazônica, sabe-se que ela tem importância para o Brasil e para o mundo, mas não exatamente em qual proporção. Precisa-se ter em mente a noção de sua importância e, assim, utilizá-la em benefício do homem.

2.7 CERTIFICAÇÕES

As organizações de todos os tipos estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho ambiental controlando o impacto de suas atividades, produtos e serviços no meio-ambiente, levando em consideração sempre seus objetivos ambientais.

As normas Internacionais de Gestão Ambiental têm por objetivo prover às organizações os elementos de um sistema ambiental eficaz, passível de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar suas metas ambientais e econômicas. A prática atual de mercado, porém, tem demonstrado maiores dificuldades para as empresas exportadoras e fornecedoras de grandes empresas que não possuem certificação.

O lançamento série das normas ambientais internacionais a partir da ISO 14000, constituiu-se num instrumento relevante para ampliação de mercados e fidelização de clientes. Esta conquista representa conformidade em relação aos aspectos legais e vislumbra fundamentalmente o crescimento de uma consciência ambientalista.

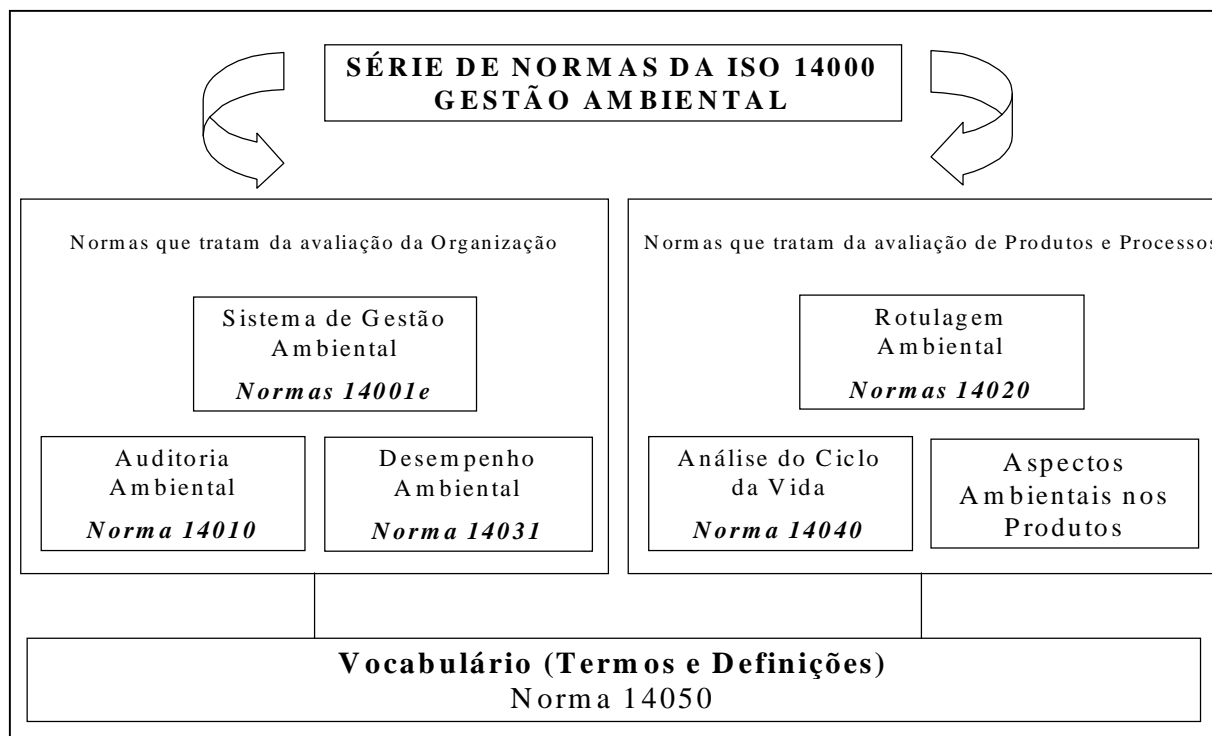
Os consumidores estão cada dia mais exigentes e preocupados em proteger a vida no planeta. Com isto, estão agindo e dando preferência aos produtos que oferecem a garantia de serem ambientalmente saudáveis, motivando a criação de oportunidades de negócios.

Quando uma organização implementa um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na norma ISO 14001, aceita ter uma responsabilidade em relação a biosfera. Isto implica numa tomada de consciência de seu papel na sociedade. Fica muito mais caro não ter o sistema, em face dos diversos riscos a que está sujeita, como acidentes ambientais, multas, processos na justiça, custos de recuperação de passivos, danos à imagem, barreiras à exportação de seus produtos e perda de competitividade.

Para Cajazeira (1997), a criação de indicadores ambientais é uma necessidade organizacional justificada pelas seguintes razões:

- Acionistas, banqueiros e outras entidades financeiras tornam-se mais confiantes quanto à probabilidade de que seus investimentos não sejam colocados em risco por um desempenho pobre em relação ao ambiente, se parâmetros ecológicos confiáveis forem disponibilizados;
- Para as partes interessadas, não financeiras, tais como organismos reguladores, organizações de padronização e grupos ambientalistas, indicadores de desempenho satisfatórios podem demonstrar a adequação à legislação, bem como à preocupação ambiental corporativa;
- Inúmeros compradores passam a adquirir produtos apenas de fornecedores cujos indicadores ambientais sejam positivos; finalmente,
- As organizações que aderem à ISO 14001 necessitam medir seu desempenho a fim de estabelecer objetivos e metas quantificáveis.

FIGURA 3 – SÉRIE ISO 14000



Fonte: Adaptado de Perigo et al (2002, p. 28).

A implementação de estratégias ambientais requer administração efetiva do processo de produção, produtos e partes interessadas. O sistema de gerenciamento deve ser usado como uma estrutura de comunicação, informação e aprendizado, e não somente como um sistema de controle.

Quando os indicadores são fixados, cria-se base para um “benchmarking” ambiental, isto é, um referencial e um sistema de informação para outras empresas do mesmo setor.

Esse conjunto habilitará um monitoramento interno e externo em comparação viável com outras empresas e mercados internacionais. O cotejo ajudará também a aumentar a competitividade dos negócios e a melhorar a imagem pública.

Na visão de Donaire (1999, p.50), “cada vez mais a questão ambiental está-se tornando matéria obrigatória das agendas dos executivos da empresa. A globalização dos negócios, a internacionalização dos padrões de qualidade ambiental descritos na série ISO 14000, a conscientização crescente dos atuais consumidores e a disseminação da educação ambiental nas escolas permitem

antever que a exigência dos futuros consumidores em relação à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida deverá intensificar-se”.

As organizações precisarão, de maneira acentuada, incorporar a variável ambiental no planejamento de seus negócios e na tomada de decisão, além de assumir uma postura responsável de respeito à problemática da empresa. O fato de possuir um plano ambiental formal, embora significativo, não é suficiente, pois a transformação da questão ambiental em um valor na organização depende das ações da alta administração e de suas gerências.

De acordo com Maimon (1999), o estatuto ISO 14001 foi publicado em setembro de 1996. Compreende especificações normativas acordadas internacionalmente e estabelece critérios de gestão ambiental compatíveis com um sistema de gerenciamento voltado à viabilidade da produção ecologicamente correta e à indução de uma postura participativa baseada na aprendizagem organizacional, na disseminação de valores ambientais e na sustentabilidade dos recursos naturais.

Segundo a Fundação Vanzolini (2001, p.37), “as vantagens da ISO 14001 são:

- Redução do impacto ambiental;
- Comprometimento com a preservação ambiental;
- Redução de custos e resíduos, com economia de recursos;
- Credibilidade junto à comunidade, clientes, fornecedores, funcionários, órgãos governamentais, ONG”S;
- Abertura para o mercado internacional”.

A questão da preservação e da conservação do meio ambiente deve ser vista com puro pragmatismo pelos empresários, como uma questão de inteligência. A sustentabilidade de muitas empresas e até a economia de muitas regiões estão condicionadas ao uso racional dos recursos naturais.

North (apud Donaire, 1999, p.58-59) “acrescenta outros argumentos direcionados para os gestores, para que as empresas se engajem na causa ambiental:

- Aceitar o desafio ambiental antes que os concorrentes o façam;
- Ser responsável em relação ao meio ambiente, demonstrando aos clientes, fornecedores, governo e à comunidade que leva as questões ambientais a sério e que desenvolve práticas ambientais de forma eficiente;
- Utilizar formas de prevenir a poluição, o que implica em ser considerada uma empresa amigável com o meio ambiente, especialmente se suplantar as exigências regulamentares exigidas, propiciando vantagens de imagem em relação aos consumidores, concorrentes, comunidades e órgãos governamentais;
- Ganhar o comprometimento da equipe através da motivação trazida pelo envolvimento da empresa com objetivos nobres (melhoria do ambiente natural, da saúde da comunidade, entre outros), que extrapolam a produção propriamente dita”.

É básico para as empresas que queiram sustentar-se e prosperar no tempo, o desafio da inovação da gestão e, muitas vezes, da sua postura tradicional, incorporando nela novos objetivos e assumindo novos riscos no sentido de reorientar práticas produtivas para o desenvolvimento sustentável.

Não se trata apenas de internalização da dimensão ambiental nos paradigmas econômicos, nos instrumentos de planejamento e nas estruturas institucionais das organizações que se sustentam dentro da racionalidade produtiva tradicional.

Trata-se da indução de uma nova atitude empresarial – em que a participação, a informação, a integração com fatores externos crescentemente viabilizadas com as novas tecnologias de informação como a Internet – sejam parte integrante do sistema de gestão, tanto quanto a atualização tecnológica dos equipamentos e sistemas.

O que ocorre no mundo em pouco tempo é de conhecimento geral, permite à população acesso rápido com relação a desastres ambientais e também às ações positivas que são desenvolvidas em nível nacional e internacional. Aos olhos dos

consumidores, as empresas que conseguem administrar melhor os problemas ambientais são vistas como progressistas. Obtêm assim vantagens mercadológicas, recompensas pessoais e profissionais para os que integram a preocupação ambiental em suas atividades.

O inverso também é verdadeiro: uma ação benéfica fortalece a marca e agrega valor; no entanto, um desastre ecológico pode levar a empresa ao fracasso e ao fechamento das portas. O meio ambiente não pode deixar de fazer parte do planejamento estratégico da companhia; o monitoramento de seus processos deve ser constante, porque um pequeno descuido pode causar danos irreversíveis.

O conceito força as empresas a desenvolverem processos com a finalidade de lançar produtos ambientalmente corretos. Com relação às pessoas, além do desejo natural de contribuir para a preservação ambiental, estão garantindo também um futuro promissor para seus filhos. A tendência desencadeou um novo modismo: desenvolver e consumir produtos chamados “verdes”.

Conforme constata Prado (2001, p.3), “o certificado exibido na parede é um compromisso de que a avaliação ambiental é componente básico do sucesso nas relações empresariais; é parte da imagem da empresa, envolve a questão dos direitos do cidadão. É fundamental para se poder, a partir daí, realizar educação ambiental, preparando não só as gerações futuras como a atual para o entendimento de que a terra tem um limite de recursos”.

A norma traz benefícios internos: melhoria na eficiência das operações com grande retorno nos investimentos, disciplina organizacional e flexibilidade na legislação. Externamente, colabora para a satisfação de algumas necessidades contratuais, podendo-se expandir mercados e a base de fornecimento; oferece mais competitividade e influencia na melhoria da imagem para clientes, fiscalização, funcionários, investidores e comunidade local.

A urbanização e a evolução da tecnologia tem alterado consideravelmente a relação humana com o meio ambiente; a natureza passou a ser dominada e explorada de maneira desordenada, com conseqüências funestas. Assim, torna-se essencial, para a sobrevivência das espécies, a conscientização de todos para a prevenção dos efeitos nocivos do mau-uso dos recursos naturais e de todo tipo de

poluição. Afinal, o homem, infelizmente, é o animal que polui e destrói o meio natural.

O sistema requer grande habilidade dos instrutores e da própria empresa em estar sempre promovendo treinamentos que envolvam mudanças de hábitos para a melhoria contínua das relações com o meio ambiente.

Segundo Sturion (2001, p.7), “a preocupação do mercado consumidor em adquirir produtos de empresas certificadas força os fabricantes a buscarem a ISO 14001”.

A implementação do SGA (Sistema de Gestão Ambiental) traz benefícios como a criação de uma imagem verde para a empresa não-poluidora, melhora o relacionamento com o órgão ambiental, diminui riscos de sanções do poder público, subtrai desperdícios, conserva recursos naturais e harmoniza a atividade industrial com o ecossistema.

O nível de exigência dos consumidores sensibilizou os órgãos governamentais que aprovaram, em 1995, um decreto lei criando o protocolo verde. Esse diploma legal incorporou a variável ambiental nas atividades produtivas, apresentando diretrizes, estratégias e meios operacionais que viessem a estimular os favorecidos com relação à gestão do processo, concessão de crédito oficial e benefícios fiscais.

Quanto aos recursos oficiais, existe preferência para os projetos que vislumbrem maior auto-sustentabilidade e que não sejam nocivos ao meio ambiente.

A participação no protocolo verde a princípio ficou restrita às principais instituições federais ligadas ao meio ambiente e organismos de financiamento. Restrita não significa dizer que as portas estavam fechadas ao setor privado, pelo contrário, a busca por parcerias é incansável. Ocorre que, no início, além da falta de consciência de forma geral, sociedade, empresas, consumidores, existia também a necessidade de investimentos, o que até então era tratado como custo.

Mudanças foram ocorrendo, a sociedade foi-se conscientizando, os empresários começaram a tratar as questões ambientais como investimento e cada vez mais cresce a valorização por produtos “verdes”. No Brasil, país em

desenvolvimento, com dificuldades naturais decorrentes, acredita-se que a soma de esforços vai definir esta grande transformação.

O Estado, com as dificuldades naturais, procura contribuir como pode; por outro lado, não se descartam aliados: buscam-se parcerias que possam colaborar em benefício do meio ambiente.

O crescente aumento da conscientização da sociedade em prol da conservação ambiental vem acarretando pressões governamentais, de entidades não governamentais e de comunidades, sobre as empresas, para que assumam a responsabilidade pelas emissões, efluentes e resíduos gerados em seus processos produtivos.

2.8 PARCERIAS E ORGANISMOS DE FINANCIAMENTOS

No Brasil, observa-se que apenas as instituições financeiras oficiais estão envolvidas e atuando diretamente em parceria com o governo, no sentido de agir preventivamente, desde a pré análise do projeto até sua implementação.

Ao setor bancário cabe papel fundamental na prevenção de práticas ambientalmente saudáveis, muitas vezes antecipando-se às próprias exigências e normas legais, em resposta ao aumento da conscientização da sociedade.

Para Carvalho e Ribeiro (2000), as instituições financeiras devem manter especial cuidado na análise e concessão de crédito para estas organizações, tendo em vista que em algum momento a continuidade das mesmas poderá estar comprometida, principalmente pela perda de mercado, dado o risco de recusa dos consumidores em continuar comprando produtos sem qualidade ambiental adequada haverá sempre a hipótese de existirem alternativas ecológicamente corretas.

Os bancos são considerados aliados do governo e da sociedade para que os projetos sejam desenvolvidos e tenham como princípios a prevenção, recuperação e

proteção do meio ambiente, através de linhas de financiamentos disponibilizadas em parceria com o governo, priorizando-se inclusive projetos que apresentem maiores tendências de sustentabilidade.

Cabe ressaltar que, para a empresa envolvida na questão ambiental, a variável financeira é extremamente importante para a obtenção dos recursos necessários para sua viabilização, para controle e monitoramento dos investimentos já realizados. Nesse sentido, deve ficar claro para as partes que os resultados financeiros da causa ambiental só se configuram a médio e longo prazo, pois alguns resultados demoram a aparecer.

Deve-se também ter sempre em mente que investimentos prévios com prevenção evitam problemas futuros e são sempre menores do que aqueles resultantes a médio e longo prazo e que podem colocar em risco a própria sobrevivência da empresa.

Segundo Callenbach et al (1993), fazer o levantamento dos “Stakeholders” (partes interessadas) de uma empresa tanto pode ampliar o reconhecimento das interligações como determinar áreas até então não consideradas de responsabilidade da instituição.

Esse processo, além de prevenir riscos indesejáveis, pode sugerir novas oportunidades de parceria e estabelecer o referencial para o diálogo direto, visando a criar abordagens conjuntas a dificuldades empresariais que podem ter impacto sobre os interessados. A abrangência normalmente recai sobre os funcionários, gerentes, acionistas e conselho de administração.

Clientes, sindicatos, fornecedores, agências de publicidade e até concorrentes podem ser considerados interessantes.

Os agentes reguladores governamentais, a mídia, os cidadãos da comunidade onde a empresa opera, os fornecedores de matérias-primas e de componentes, as indústrias relacionadas, as associações comerciais, instituições financeiras e outras instituições da comunidade, todos têm interesse nas operações de uma empresa e podem afetar ou ser afetados pelas decisões dela.

Segundo Ribeiro e Gratão (2000), as relações com as instituições financeiras e as fontes de recursos de uma forma geral, também têm servido de incentivo para a adoção de sistemas de controle ambiental. Tais instituições têm-se conscientizado de que empresas sem relações apropriadas com o meio ambiente podem vir a ter sua continuidade comprometida e tornarem-se incapacitadas para devolver os recursos que lhes foram emprestados.

De acordo com Lerípio (2000), em 1995, o governo federal lançou o Protocolo Verde com a finalidade de induzir a efetiva incorporação da variável ambiental como critério indispensável no processo de análise para a concessão de crédito por parte dos seus bancos, e dos benefícios fiscais, por parte de seus órgãos e autarquias.

Esse anúncio, através da mídia, produziu impacto na sociedade, especialmente no setor financeiro, gerando também expectativas das entidades privadas e públicas atuantes no tema do meio ambiente.

A exigência do licenciamento ambiental para a concessão de créditos com recursos oficiais tem contribuído para que o país possa ter crescimento sustentável, porém tem sido mais efetiva quando se trata de empreendimentos industriais, principalmente se localizados em áreas urbanas. Existem também diferenças entre as diversas instituições de crédito com relação ao acompanhamento e às recomendações decorrentes de estudo prévio.

2.8.1 Recursos para o Desenvolvimento Sustentável

O processo de desenvolvimento do Brasil tende a se acelerar; as distâncias diminuem, a informação chega cada vez mais rápida, a busca pelo conhecimento é incessante. A população, de forma geral, vem contribuindo para a preservação do meio ambiente, cobrando das autoridades competentes o devido respeito pela natureza; a consciência ambiental tomou forma.

Os investimentos nesse setor geralmente requerem fontes de financiamentos de longo prazo; nesse contexto, a estabilização econômica do país tende a ser favorecida, permitindo maiores horizontes de financiamento. Os principais recursos financeiros nessa área provêm dos cofres públicos e de fontes externas. Neste caso a estabilização econômica contribui, facilitando a transparência dos orçamentos.

Alerta-se para que a incorporação da variável ambiental não se restrinja ao crédito oficial ou aos benefícios fiscais. É importante a ampliação do processo a todas as instituições financeiras, públicas ou privadas. Desse entendimento, originou-se a essência deste trabalho: propor aos bancos que atuam no Brasil, a inserção de variáveis ambientais nos processos de concessão de crédito.

Esta iniciativa com certeza se transformará num marco da história ambiental do país, valorizando ainda mais a imagem dessas instituições, cumprindo seu papel no desenvolvimento sustentável na terra, contribuindo para a preservação do meio ambiente, buscando parcerias, aumentando a oferta de recursos, acelerando o processo de relação sadia com a natureza.

2.8.2 Agentes de Desenvolvimento

As intenções e objetivos do Protocolo Verde representam uma das principais iniciativas adotadas pelo governo brasileiro, em termos de política pública para o desenvolvimento sustentável. Os dois objetivos básicos do protocolo consistem em priorizar a alocação de recursos públicos em projetos que apresentem maior capacidade de auto-sustentação sócio-ambiental e em evitar o uso destes recursos em projetos que acarretem significativos prejuízos ao meio ambiente.

Desde o final da década de 90, os bancos oficiais participantes do Protocolo Verde têm tentado diminuir a lacuna do diálogo economia x ecologia conforme apresenta-se:

2.8.2.1 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Segundo Castro et al (1998) , o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um dos principais agentes financeiros do país, pioneiro nesta atividade e responsável pela implantação e desenvolvimento de muitas empresas, atua desde 1976, incorporando a variável ambiental nos processos de análises e distribuição de créditos.

Conforme Frondizi (2001), o BNDES assume a missão de gerenciar o risco ambiental de sua atuação, incorporando os compromissos assumidos pelo Brasil na agenda para o meio ambiente e desenvolvimento – Rio 92/Agenda 21.

Na década de 80, intensificou parcerias e desenvolveu linhas de créditos específicas para utilização em benefício do meio ambiente. Possui um departamento que estabelece a estratégia de atuação nesta área e é responsável pela classificação prévia dos projetos, identificando seu grau de risco ambiental.

Ele possui como característica conceder créditos de longo prazo e se constitui na principal instituição nacional a financiar projetos na área do meio ambiente. Atua também com agente de repasse de recursos a diversas instituições financeiras do país, porém condiciona a exigência de documentos que comprovem a legalidade ambiental.

O BNDES, dentro das atividades do protocolo verde, vem participando de inúmeros eventos, como “Workshops”, (encontros para discussão de problemas específicos) seminários nacionais e internacionais, cursos de capacitação e treinamento, versando sobre temas como avaliação de impacto ambiental, ISO 14.000 e outros relacionados ao meio ambiente.

2.8.2.2 Banco do Brasil

Para Castro et al (1998), o Banco do Brasil possui características diferentes: considerado uma instituição de múltiplas funções, atua como banco comercial que disponibiliza créditos em geral, como estabelecimento setorial com forte atuação no crédito rural e também como agente de desenvolvimento.

Esta diversidade de atuação obriga-o a tratar as variáveis ambientais de diversas formas, em diferentes recomendações. No entanto encontram-se devidamente normatizadas e tendem a ser mais rigorosas à medida que conflitem com a legislação ambiental, em especial quando se referem ao controle e preservação do meio ambiente e equilíbrio ecológico.

Por constituir-se no gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO, o Banco do Brasil desempenha importante papel ao exigir, além da apresentação do licenciamento ambiental, a comprovação, por parte do proprietário rural, da averbação cartorária da área destinada a ser reserva legal.

2.8.2.3 Banco da Amazônia S/A

Segundo Castro et al (1998) o Banco da Amazônia S.A. é o gestor dos recursos do Fundo Constitucional do Norte – FNO, sendo orientado pelo Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PDA, cujas diretrizes são conduzidas para a proteção do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Assim o BASA vem cumprindo a legislação ambiental e exigindo, por parte dos financiados, a observância das recomendações de acordo com a característica do investimento.

O BASA, mesmo antes de se comprometer com os princípios do Protocolo Verde para atender aos dispositivos da lei nº 7.827/89, que institucionalizou os fundos constitucionais, já tinha como diretriz a preservação do meio ambiente.

Procurando orientar sua ação de fomento para projetos com maior sustentabilidade, vem desenvolvendo diversos programas na área: Prodec – Programa de apoio ao desenvolvimento do extrativismo; Prosuman – Programa de apoio à preservação e sustentação do meio ambiente e Prodetur – Programa de desenvolvimento do turismo ecológico.

2.8.2.4 Banco do Nordeste do Brasil S/A

De acordo com Castro et al (1998), o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., é o gestor dos recursos do Fundo Constitucional do Nordeste – FNE. Possui exigências legais e normativas semelhantes às demais instituições citadas anteriormente, porém foi mais longe, instituiu um grupo de trabalho interdisciplinar, visando a desenvolver ações mais eficazes com relação ao meio ambiente, utilizando-se de métodos semelhantes aos do BNDES.

Segundo Lerípio (2000), o Banco do Nordeste mostra uma visão de trabalho realmente voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável da região. Assim, o desenvolvimento deve ocorrer de forma defensável não apenas no aspecto meramente econômico ou social, mas também no ambiental.

O BNB pode ser considerado um ponto de referência no patamar de instituições bancárias na área ambiental. Criou linhas de créditos específicas para aplicação na área ecológica, desenvolveu um trabalho invejável no setor rural, normatizou procedimentos e valorizou sobremaneira o meio ambiente. Desenvolveu o guia do meio ambiente para o produtor rural, o manual de impactos ambientais, caderno de recomendações ambientais, manual de aspectos ambientais do sistema de elaboração, análise de projetos e também dos formulários utilizados no processo de crédito.

No entanto, para que isto se tornasse realidade foi necessário grande investimento interno, a fim de conscientizar todos os funcionários da importância do projeto para o banco, principalmente tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

2.8.2.5 Caixa Econômica Federal

Segundo Castro et al (1998), a Caixa Econômica Federal, embora também seja um banco de múltiplas funções, diferencia-se do Banco do Brasil por algumas características. Além de banco comercial, é especialista no setor de habitação popular; engloba o desenvolvimento urbano e o saneamento básico, sendo responsável por gerir vários fundos. A exemplo dos demais bancos representados, exige o licenciamento ambiental concedido por autoridades competentes, conforme determina a legislação.

3 PROCESSO ATUAL DE CRÉDITO DOS BANCOS QUE ATUAM NO BRASIL

As funções de captar e aplicar recursos (intermediação financeira), associadas à prestação de serviços, propiciam o retorno para os acionistas dos bancos. A função de intermediação financeira é facilitadora para a consecução dos objetivos de diversos outros segmentos da atividade econômica. O propósito da abordagem é analisar o crédito, que possui vários significados; porém, num sentido restrito e específico, consiste na entrega de um valor presente mediante promessa de pagamento.

Conhecer o cliente é fundamental para orientar o relacionamento mercadológico visando a atendê-lo em suas necessidades. Bom cadastro e sistema de crédito eficaz podem ser excelentes meios para alavancagem de negócios.

Crédito é bom-senso; bom senso e capacidade de analisar problemas, em geral particularizados e complexos, são questões-chave na análise de crédito. Essa análise não é uma ciência exata; ela requer muito de sensibilidade do analista e do aprovador de crédito.

De acordo com Schrickel (2000, p.13), “...não existe análise de crédito certa, porém, existe análise de crédito errada...”, ou “...não existe crédito mal dado; existe crédito mal julgado...”

Tal decorre da inexatidão determinística da análise de crédito. Ela é um campo de ação que requer contínuo aprimoramento e aprendizado.

Para Blatt (1999), crédito é “crer” e crer é “confiar”. A palavra crédito vem do vocábulo latino “credere”, que significa: crer, confiar, acreditar, ou ainda, do substantivo “creditum”, literalmente, confiança.

Segundo Silva (2000), as empresas precisam de recursos para atenderem a suas necessidades de investimento e de capital de giro; aos bancos cumpre a função de supridores desses recursos, no desempenho do papel de intermediadores financeiros. Nesta relação, aparece o crédito com a função de entender a atividade

do demandador de recursos, de identificar suas necessidades, de avaliar o risco de crédito e de subsidiar a decisão e a formalização da operação.

Abre-se então campo para a competência, criatividade e individualidade de cada analista e aprovador. O bom-senso, os conhecimentos, a experiência prática e a sensibilidade de cada um são de fundamental importância para o sucesso das decisões tomadas. A humildade do conhecimento é uma grande aliada para decisões serenas e acertadas.

Segundo Schrickel (2000, p.25), “crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado”.

Os principais objetivos da análise de crédito numa instituição financeira ou para qualquer prestador consistem em identificar os riscos nas situações de empréstimos, avaliar a capacidade de repagamento do tomador e fazer recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder, à luz das necessidades financeiras do solicitante, dos riscos identificados e mantendo, adicionalmente, sob perspectiva, a maximização dos resultados da instituição.

Na visão de Schrickel (2000), a concessão de crédito tem por base a confiança e se materializa em dois elementos fundamentais: a vontade do devedor de liquidar suas obrigações dentro das normas contratuais estabelecidas; e a habilidade de assim fazê-lo.

A habilidade de pagar é de suma importância; ela oferece elementos objetivos e quantificados de convencimento que ajudam a construir a decisão de emprestar. Essa habilidade é presumível, detectável, desde que eficazmente quantificável por meio da análise de crédito (cadastro, demonstrativos, economia, setor, etc). Importante, mas não é tudo, é apelar para certa dose de subjetivismo, aquilo que se convencionou chamar de “feeling”.

“Feeling” (sensibilidade) não é exatamente premonição, nem exercício de adivinhação, ele advém da experiência. Não há “feeling” sem experiência alguma, pode haver um acaso que aleatoriamente acerte o alvo, entre muitas tentativas

desferidas. O “feeling” não é a explicação do inexplicável; quando não se sabe, simplesmente se admite e se procura a informação.

Na análise, verifica-se que o potencial devedor tem vontade de pagar suas obrigações, resta saber então se ele tem habilidade para realizá-lo. A vontade pode ser colocada sob o título caráter, enquanto habilidade para pagar pode ser nominada tanto como capacidade, quanto como capital e condições. O caráter e a capacidade possuem aspectos pessoais, ao passo que capital e condições representam aspectos financeiros.

Dessa forma, as bases primárias de crédito são representadas pelos 4 “Cs”; um quinto “C” pode vir à tona quando os “Cs” financeiros não dão sustentação para o crédito almejado, ou a capacidade plena é questionável: colateral. São os seguintes os “Cs”: “caráter, capacidade, capital, condições”. O 5º C inicia o vocábulo “colateral”.

3.1 CARÁTER

Segundo Schrickel (2000, p.48), “é o mais importante e crítico “C” em qualquer concessão de crédito, não importando, em absoluto, o valor da transação”.

A análise do caráter relacionado aos empréstimos, vincula-se à determinação de pagar do tomador.

O prestador, no exame do caráter de seu potencial tomador, deve fazer uma minuciosa investigação sobre seu comportamento ao longo do tempo, o que normalmente acontece mediante a elaboração de sua ficha cadastral. Esta permite angariar informações sobre a identificação e qualificação do indivíduo, servindo de espelho para demonstrar as experiências de outros credores em suas relações com ele.

De acordo com Blatt (1999), o caráter diz respeito à honestidade do cliente, se ele é reputado como íntegro nos negócios e se habitualmente cumpre seus

pagamentos independentemente de fatores adversos que possam ocorrer; é um conjunto de qualidades, notadamente integridade e honestidade.

Para Silva (2000, p.79), “o caráter refere-se à intenção do devedor (ou do garantidor) de cumprir a promessa de pagamento. A experiência do banco ou da empresa que esteja concedendo crédito, em termos de conhecimento de seu cliente, bem como informações obtidas junto a outros bancos e fornecedores, traduz-se no principal instrumento de conhecimento da pontualidade do devedor no cumprimento de suas obrigações”.

O emprestador deve buscar, ao máximo, informações adicionais que permitam efetuar análises apuradas, reunindo dados sobre postura e hábitos do cliente, maneira de vida, passatempos, ambições e ética familiar, profissionalismo e honestidade nos negócios, tudo o mais que o convença de que o tomador tem e terá a honesta intenção de saldar suas obrigações, independentemente de situação momentânea.

O conceito de caráter transcende o indivíduo, alcança o meio em que ele vive. Assim, as decisões de crédito devem sempre levar em conta a integridade ética do conjunto de pessoas no qual aquele está inserido.

Para Schrickel (2000, p.49), “não há necessidade de malabarismos ou sacrifícios quando o fluxo de dinheiro é suficiente para a satisfação das obrigações. Contudo, é no momento de aperto (desemprego ou vendas e lucros abaixo das expectativas ou necessidades) que o caráter é colocado à prova, não só em termos factuais, disponibilidade de recursos, como também em termos de criatividade e pragmatismo, o quê e como fazer para contornar as dificuldades”.

Segundo Blatt (1999), quando os fatores são favoráveis, como negócios, lucros, crescimento da riqueza, poder, prestígio, etc., a probabilidade de se ter caráter no cumprimento de seus compromissos, é indubitavelmente maior que em situações adversas, onde exigirá sacrifício de algum daqueles fatores.

Portanto, além da capacidade administrativa que envolve o gerenciamento da empresa em sua plenitude, deve-se levar em consideração as condições externas. Referem-se aos fatores não controláveis pela instituição, como a

concorrência, as flutuações econômicas e os eventos naturais, como inundações e secas, entre outros.

3.2 CAPACIDADE

A capacidade refere-se à habilidade do devedor de pagar seus compromissos; não basta apenas ter vontade, ela é desenvolvida pelo sujeito através de seu processo de educação, treinamento, experiência prática e habilidade de dosar bem esses três componentes.

Segundo Silva (2000, p.87), “a capacidade refere-se à habilidade do indivíduo ou grupo de indivíduos de gerir estratégica e operacionalmente os negócios da empresa”.

No passado grande parte das decisões dos emprestadores repousava na reputação familiar do tomador potencial. A tradição das gerações passadas dava suporte e bancava as decisões de emprestar. Este comportamento não prevalece mais, o sistema econômico está muito volátil, a competição é mais aguerrida e exige cada vez mais competência e poder de adaptação.

Para Blatt (1999), quando se destina crédito a pessoa jurídica, é imprescindível conhecer-se a experiência dos administradores, se são profissionais de mercado ou elementos da família, aspirações, relacionamento sócio-político-cultural, estabilidade profissional, empreendimentos tocados e respectivo sucesso, idade, etc. Capacidade faz menção à habilidade gerencial do cliente e abrange aspectos pessoais e profissionais.

O fato do sujeito administrar bem seu negócio, fazendo-o prosperar e ter sucesso em relação à administração de suas finanças pessoais, é valiosa fonte de informação para a construção do conceito de qual seja a sua capacidade de crédito.

3.3 CAPITAL

Na análise dos aspectos financeiros, indispensável se faz avaliar o capital do tomador e a primeira questão decorrente: o tomador potencial de crédito tem capital suficiente para operar em níveis adequados de eficiência e retorno?

Em relação às pessoas físicas, a figura do capital não fica tão evidente, pois os empréstimos são respaldados pela renda do cliente, geralmente representada pelo contracheque e não pelo arresto ou penhora de bens.

No caso de empresas o conceito de capital é mais perceptível; no entanto, não se restringe apenas à mera rubrica “patrimônio líquido” do balanço e sim ao investimento realizado pela empresa no sentido de gerar lucros.

De acordo com Schrickel (2000, p.53), “é fundamental um acompanhamento atento da concorrência, a fim de viabilizar, no devido momento, a modernização de procedimentos administrativos e das instalações, equipamentos industriais, racionalização e melhoria da qualidade dos produtos, suprimento dos estoques em níveis apropriados, instalação de pontos de venda e distribuição atraentes e bem localizados, de sorte a assegurar a manutenção, quando não ampliação, da participação no mercado”.

Para Blatt (1999), o capital faz menção às condições econômico-financeiras da empresa, abrangendo o volume de bens e direitos disponíveis para o fiel cumprimento de obrigações. Constitui um dos itens mais significativos na análise de crédito, mensurando e qualificando a situação econômico-financeira da empresa, inclusive através dos demonstrativos financeiros.

Segundo Silva (2000), o capital refere-se à situação econômico-financeira da empresa, em relação a seus bens e recursos possuídos para saldar débitos. Portanto, o capital é medido pela análise dos índices financeiros, tendo significado muito mais amplo do que aquele dado à conta de capital na contabilidade.

A capacidade de gerar lucros nas empresas requer análise global, onde se detecta quantos recursos próprios estão investidos em ativos fixos e qual a eficiência

desses investimentos. Deve-se também ponderar quantos recursos estão aplicados em ativos circulantes e semifixos; e qual é o comportamento dessas rubricas.

Caso as linhas de créditos e os recursos próprios sejam insuficientes para que se financie o empreendimento, é bastante provável que a chance de sucesso da empresa também esteja seriamente comprometida. Por outro lado, novas injeções de capital efetuadas pelos sócios no negócio denotam que eles confiam na empresa e no retorno dos capitais empregados.

3.4 CONDIÇÕES

O critério “condições” diz respeito ao micro e macrocenário em que o tomador de empréstimo está inserido. No caso de empresas, tal cenário é o ramo de atividade e a economia como um todo. É muito importante saber avaliar o momento do empréstimo, também conhecido por “timing” (momento adequado).

Segundo Schrickel (2000), esta análise tem o poder de avaliar o momento atual em que o empréstimo é estudado e está para ser eventualmente desembolsado. A posse dos demonstrativos econômico-financeiros, defasados há alguns meses, possibilita verificar uma boa ou má condição, que já pode ser diferente no momento do crédito.

Os fatores abordados pelo autor, referem-se também a fatos extraordinários que estejam ocorrendo no país, no exemplo dos pacotes econômicos que provocam profundas alterações nas relações econômicas dos clientes e das empresas. Os emprestadores tendem a ser mais liberais nos momentos em que se verifica uma recuperação da economia; por outro lado, tal liberalidade desaparece nos momentos de depressão e recessão.

Segundo Blatt (1999, p.47), “a medida das condições é feita com base no conhecimento das atividades do cliente em relação ao mercado em que atua, concorrência, qualidade dos produtos que fabrica e ou comercializa, crise ou fatura financeira, enfim, condições que permitam fazer previsão do futuro do cliente”.

Para Silva (2000, p.92), “as condições englobam fatores externos, em princípio não sob controle da empresa. Mesmo sem a pretensão de desenvolver análise macroeconômica, cabe ressaltar que certas decisões de política econômica, por exemplo, o desaquecimento de determinado setor da economia, o comportamento do mercado de forma geral, afetam o nível de atividade de determinados tipos de empresas”.

As condições vinculam-se aos aspectos gerais e conjunturais dos negócios, fatores como sazonalidade, desaquecimento setorial ou geral, setores com alta sensibilidade à renda, à demanda, e outros que podem afetar terrivelmente a saúde da empresa.

3.5 COLATERAL

O quinto “C”, denominado “colateral”, serve como uma espécie de pronto socorro para o prestador. O fato de trocar dinheiro por papéis, normalmente deixa o prestador intranquilo, tendo em vista os riscos decorrentes. O aspecto colateral visa a tornar mais palatável a transação em virtude das garantias pactuadas.

Para Schrickel (2000, p.55), “o colateral, numa decisão de crédito, serve para contrabalançar e atenuar eventuais impactos negativos decorrentes do enfraquecimento de um dos três elementos: capacidade, capital e condições”.

De acordo com Blatt (1999), colateral relaciona-se às garantias oferecidas pelo cliente para compensar fraquezas ou simplesmente para reforçar e complementar outros aspectos de crédito. Caso o crédito seja duvidoso, jamais deve ser liberado baseando-se tão somente na qualidade da garantia oferecida ou solicitada. A concessão do crédito só deve ser efetivada quando a probabilidade de execução da garantia for mínima.

Segundo Silva (2000), o colateral refere-se à capacidade do cliente para oferecer garantias complementares. Age como uma espécie de segurança adicional e, em alguns casos, a concessão de crédito necessitará dela para compensar as

fraquezas decorrentes dos outros fatores de risco. Muitas vezes, mesmo a empresa merecendo uma excelente classificação de risco, em se tratando de financiamento de longo prazo, a tendência é de que o banco solicite garantias, dada a incerteza em relação ao futuro.

O enfraquecimento implica maior risco e a garantia visa a compensar a elevação do risco, das incertezas futuras quanto ao repagamento do crédito. No entanto, devem-se descartar transações, onde o colateral deva ser aceito para compensar os pontos fracos dentro do elemento caráter, porque quando a honestidade está faltando, o crédito incluirá riscos que não devem ser assumidos pelo banco. Se não houver honestidade, provavelmente a garantia será também muito vulnerável.

A análise de crédito necessita ser trabalhada em conjunto, onde cada critério possui valor e vai complementar os demais. Qualquer decisão baseada em critérios isolados, provavelmente gerará problema por alguns dos outros não ponderados. Reforça-se que entre os 4 “Cs” de crédito, os dois de origem pessoal, caráter e capacidade, são de relevância primária.

Quando algum desses elementos estiver faltando num processo decisório de crédito, o prestador deve ter muita cautela. Os demais “Cs”, capital, condições e colateral, prestam-se a complementar os dois primeiros.

Segundo Blatt (1999), além dos “Cs” tradicionais e consagrados, alguns autores incluem um sexto “C”, o de “conglomerado”, responsável pela análise financeira de controlada(s), controladora(s), coligada(s) e interligada(s), para que se possa fazer uma análise mais apurada com relação ao pleiteante do crédito. Aborda também os “Cs” modernos do crédito: consistência, comunicação, controle e os três novos “Cs” do crédito: concorrência, custos e caixa.

Em mercados que exigem agilidade e flexibilidade, nos quais os agentes econômicos se comportam de forma quase caótica e as vantagens competitivas são efêmeras, gigantismo e boa gestão muitas vezes não andam juntos.

Segundo Silva (2000), às vezes encontram-se situações de empresas que se apresentam com aparência aceitável para crédito e que fazem parte de um conjunto de empresas em fase de deterioração financeira.

Para Blatt (1999), a política de análise de crédito visa a melhorar quantitativa e qualitativamente o nível de informações, possibilitando ao analista avaliar mais objetivamente o nível de risco do crédito envolvido.

3.6 ANÁLISE DE CRÉDITO

Os processos de análise de crédito, concessão e gerenciamento de empréstimos das instituições financeiras são vitais para sua segurança e sustentabilidade.

O mercado financeiro é regido pela credibilidade e pela convicção de que os recursos disponibilizados retornem aos cofres da instituição com o “spread” (diferencial entre a taxa de captação e de aplicação nos empréstimos). Proporcionam às empresas atuar com segurança na busca dos objetivos de curto e longo prazos.

A missão das diretorias de operações de crédito dos bancos brasileiros é decidir e monitorar operações de crédito dos diversos mercados em que atuam, orientando sobre política de crédito e zelando com responsabilidade, comprometimento, agilidade e flexibilidade pela boa qualidade de seus ativos.

O processo decisório de crédito é a fase mais importante; para se conceder créditos de forma adequada recomenda-se verificar:

- Os conceitos e as rotinas operacionais;
- A prática do processo decisório de crédito;
- A decisão adequada.

AS FONTES DE INFORMAÇÕES GERALMENTE UTILIZADAS SÃO:

- Cadastro de pessoa física;
- Cadastro de pessoa jurídica;
- Apontamentos cadastrais;
- Sistema de controle operacional;
- Fluxo de caixa – conta corrente;
- Balanços/Balancetes;
- Para operações pré-aprovadas / “credscore”;
- Ficha de abertura de conta corrente.

CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – FONTE DE INFORMAÇÕES:

- Preenchimento completo da ficha sempre após um ano;
- Atenção especial aos dados profissionais;
- Renda pessoal e familiar;
- Análise da pessoa física profissional autônomo, conforme imposto de renda e funcionários de empresa, com data de admissão;
- Patrimônio imobiliário – número de bens e valor total;
- Veículos;
- Participação em empresas.

CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA – FONTE DE INFORMAÇÕES:

- Envio de dados a SERASA sobre constituição da sociedade;
- Data da constituição;
- Ramo de atividade;
- Principais fornecedores;
- Principais clientes;

- Balanços e balancetes atualizados.

SISTEMA DE CONTROLE OPERACIONAL - FONTES DE INFORMAÇÕES:

- Todos os dados do cliente;
- Histórico das últimas 10 consultas do cliente;
- Balanços/balancetes;
- Índice de liquidez de duplicatas;
- Limites e riscos – resumo de crédito concedido por grupo, modalidade e tipo de operações;
- Apontamentos cadastrais.

Além das consultas já identificadas, verifica-se o setor de atuação das empresas, tendo em vista a existência de setores mais vulneráveis. As garantias oferecidas não são decisivas para a concessão de créditos, o fator de maior importância é a capacidade de pagamento dos clientes. No processo de verificação é fundamental avaliar também o comprometimento da renda familiar no caso de pessoa física e o nível de endividamento bancário.

Na elaboração da proposta de negócio, o parecer do gerente é vital para a qualidade da concessão dos créditos. O gerente, quando de suas visitas às empresas, obtém informações adicionais não disponíveis ao decisor. Seu parecer deve ser consistente, com intuito de mostrar a finalidade da operação, a origem dos recursos para liquidação, riscos não verificados na pré-análise e informações relevantes.

Depois dos passos mencionados, a possibilidade de tomar-se a decisão mais acertada aumenta em grande escala. Não basta apenas acertar na decisão, é importante ater-se às demais fases com atenção e responsabilidade. Dentre as demais fases, cita-se a formalização das operações de crédito. Caso o contrato não seja devidamente elaborado, pode comprometer a qualidade do crédito, inviabilizando possível cobrança judicial, se necessária.

Recomendam-se os seguintes cuidados com relação a formalização das operações de crédito:

- Formalizar corretamente conforme decisão;
- Efetivar de acordo com as condicionantes do despacho (prazo, produto, garantia e valor);
- Constituir devidamente as garantias;
- Acolher assinaturas em contratos, notas promissórias;
- Efetuar o registro em cartório quando houver garantia real;
- Utilizar o modelo correto de contrato

Crédito concedido, formalização efetuada de acordo com a boa prática bancária, inicia-se o monitoramento do crédito. Esta fase objetiva acompanhar as operações em curso e cobrar em tempo hábil. Caso ocorra fato ou fenômeno que possa comprometer o retorno do empréstimo, permite à empresa agir com rapidez em busca de alternativas. Portanto, alguns sinais de alerta devem ser observados:

- Queda no volume de cobranças e do índice de liquidez de duplicatas;
- Aumento do índice de baixa de duplicatas;
- Redução de aplicações financeiras e do saldo médio;
- Protestos acionados contra o cliente por outros credores;
- Deficiência de duplicatas e sistemática solicitação de baixa/substituição de títulos;
- Inclusões de apontamentos cadastrais;
- Reavaliação dos 30 maiores devedores com excessos em contas contratuais;
- Utilização de contas contratuais acima de 80%;
- Outras ocorrências.

RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES

- O atendimento exagerado não aumenta a reciprocidade; portanto, é preciso saber negar o crédito quando for o caso;
- É importante conhecer o cliente: mais tranqüila e segura será a decisão;
- Nunca dar crédito a pessoa física para repassar para a pessoa jurídica visando a solucionar problemas;
- Analisar e avaliar o fluxo de conta corrente;
- Nunca decidir somente com base nas garantias oferecidas;
- Tomar cuidado com excessivo comprometimento da renda do cliente;
- Analisar e refletir bem antes de qualquer decisão;
- Nunca se deixar levar pela emoção;
- Dar prioridade à qualidade e segurança em relação à agressividade;
- Lembrar que reciprocidade, score e saldo médio são fontes de relacionamento e não são decisivos para o crédito.

3.6.1 Relatório de Visitas/Modelo Atual

O relatório de visitas proporciona o levantamento de informações indispensáveis para a análise de crédito e torna-se a oportunidade que o gerente tem para visitar in loco a empresa, utilizando-se dos dados obtidos, adicionando-os ao “feeling”, (sensibilidade) gerencial para definição do limite de crédito de cada cliente.

O levantamento de dados constitui-se num roteiro definido de questionamentos, cujo objetivo é angariar informações quantitativas e qualitativas, conforme apresenta-se no Anexo 1 e descreve-se a seguir:

- Contato da Empresa
- Dados da Empresa

- Área
- Instalações
- Fornecedores
- Clientes
- Mercado/concorrência
- Mercado externo
- Plano de expansão
- Dados financeiros e comentários adicionais

4 ANÁLISE PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO: PROPOSTA DE MODELO PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL

Na medida em que as relações entre percepção e desempenho ambiental são, ainda, pouco exploradas, e já demonstraram a sua contribuição em termos de gerenciamento ambiental de organizações produtivas, entende-se como importante iniciativa o desenvolvimento de um modelo que possa contribuir neste processo.

4.1 SBGA – SISTEMA BANCÁRIO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

O desenvolvimento desse modelo baseia-se nas políticas operacionais da IFC – Corporação Financeira Internacional, entidade do grupo do Banco Mundial com mandato para investir em projetos do setor privado nos países-membros em desenvolvimento. A IFC dedica-se a investir em projetos do setor privado por meio de empréstimos, investimentos patrimoniais e outros instrumentos financeiros; tem a política de executar todas as suas operações de forma ambientalista e socialmente responsável.

A clientela e o ciclo de projetos da IFC são diferentes daqueles do Banco Mundial. Embora sejam harmônicas com as políticas do Banco Mundial, as políticas ambientalistas e sociais da IFC são adaptadas à natureza das atividades do setor com o qual trabalha, o privado.

O objetivo da avaliação ambiental é melhorar o processo de tomada de decisão e assegurar que o projeto sob consideração, seja ambiental e socialmente sólido e sustentável. As conseqüências ambientais e sociais devem ser reconhecidas logo no início do ciclo da proposta e levadas em conta na seleção, localização, planejamento e desenho do projeto.

4.2 IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURA PARA GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS A FAVOR DO MEIO AMBIENTE

Desta forma, propõe-se implantar estrutura independente para análise e gerenciamento dos projetos, definindo suas responsabilidades:

1 – Diretoria Executiva: cuja responsabilidade é assegurar a implementação da política ambiental, proporcionando condições favoráveis ao desenvolvimento dos projetos. Cabe à diretoria executiva também notificar o conselho do banco a respeito do desempenho ambiental.

2 – Coordenador Ambiental: cuja responsabilidade é desenvolver a política ambiental e aprovar relatórios anuais para as agências multilaterais. Tem o papel de avaliar o risco ambiental das propostas e divulgar a política ambiental aos funcionários envolvidos.

3 – Analista Ambiental: cuja responsabilidade consiste em avaliar o risco ambiental dos projetos, promover visitas “in loco” e preparar os relatórios ambientais.

4 – Funcionários/Colaboradores: cujo papel principal é solicitar aos clientes a documentação necessária, encaminhá-la ao comitê de crédito e monitorar o desempenho ambiental dos clientes nas visitas junto com o analista ambiental.

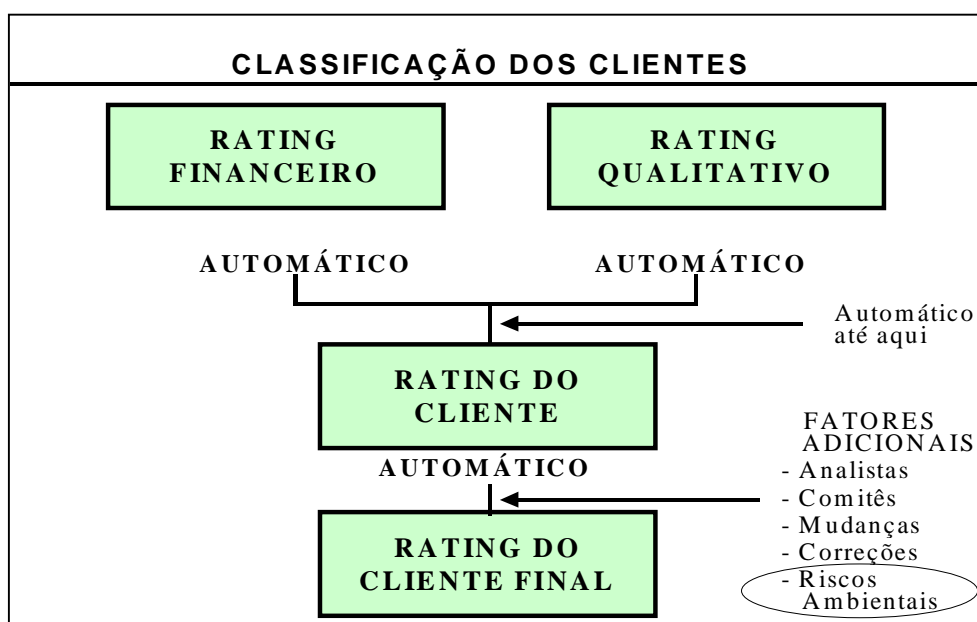
5 – Cliente: cabe ao cliente estar ciente de suas responsabilidades, assegurar recursos para cumpri-las e fornecer ao banco os relatórios solicitados.

6 – Departamento Jurídico: para garantir a sustentabilidade do processo, é necessário apoio do departamento jurídico, monitorando as mudanças nas leis e normas, alertando o coordenador ambiental e, conseqüentemente, os funcionários, auxiliando no desenvolvimento de cláusulas ambientais.

7 – Banco: atuar com ética e transparência nas análises ambientais, prestando apoio às empresas em caso de constatação de impactos. Para isto, propõe-se a disponibilizar um Consultor Ambiental, com responsabilidades pelo processo de mitigação do impacto ambiental e por serviços de consultoria.

Considerando que os Bancos disponibilizam o limite de crédito dos clientes automaticamente via sistema, apresentando o cálculo do risco financeiro e qualitativo, de acordo com informações cadastrais alimentadas na abertura da conta corrente, o que se busca é o cálculo do risco final do cliente, ou seja, a adição de fatores ambientais na análise de crédito.

FIGURA 4 – GRÁFICO SOBRE RISCO DE CRÉDITO



Fonte: Seminário Internacional sobre investimentos socialmente responsáveis, 2000.

Em nível de procedimentos propõe-se adotar a utilização de um relatório padrão, acompanhado de ficha de verificação, conforme características a seguir:

4.3 RELATÓRIO PADRÃO

Dados do Projeto

- Proponente;
- Local;

- Caracterização (descrição sucinta da atividade relacionada, da natureza - projeto inicial, expansão, reestruturação - e da capacidade);
- Responsabilidade pelo planejamento, desenvolvimento e monitoração (mencionar todas as partes responsáveis, assim como estudos especiais preparados e consultores externos contratados);
- Leis aplicáveis (principais leis ambientais, regras e normas aplicáveis ao projeto);
- Consulta pública (caso seja obrigatória);

4.4 FICHA DE VERIFICAÇÃO/MODELO PROPOSTO

O modelo proposto de análise do ciclo produtivo, denominada ficha de verificação, ferramenta que compõe o Sistema Bancário de Gerenciamento Ambiental, subdivide-se em quatro grandes critérios:

- Fornecedores
- Processo Produtivo
- Utilização do Produto/Serviço
- Produtos Pós-Consumo

O detalhamento dos critérios encontram-se à disposição no anexo 2.

Observações do analista ambiental:

Em relação aos itens relacionados na ficha de verificação, especificar:

- Efeitos e riscos relacionados;
- Medidas a serem tomadas para reduzir riscos e efeitos;

Informações adicionais:

- O que será feito da fábrica ao final de sua vida útil (no caso de projetos com vida útil limitada);

- Previsões financeiras para implementar a solução de descarte da fábrica ao final de sua vida útil;
- Potencial para desenvolvimentos futuros, aprimoramento do projeto, tendo em vista alcançar novos padrões ambientais;
- Outros comentários relevantes;
- Avaliação geral;
- Recomendações;
- Conclusão.

4.5 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

A avaliação ambiental dos projetos propostos para financiamento visam a assegurar que eles sejam ambientalmente prudentes e sustentáveis e, dessa forma, melhorem o processo de tomada de decisões. Sua amplitude, profundidade e tipo de análise depende da natureza, escala e impacto ambiental potencial do projeto em questão.

A avaliação ambiental analisa os riscos potenciais de um projeto e o impacto sobre a sua área de influência, examina as alternativas para o projeto; identifica formas de melhorar a seleção, escolha do local, planejamento, desenho e implementação do projeto; mediante a prevenção, minimização, mitigação ou compensação dos impactos ambientais adversos e o realce dos impactos positivos, e inclui o processo de mitigação e gestão dos impactos ambientais adversos durante toda a implementação do projeto.

Sempre que possível, são salutares medidas preventivas em vez das opções de mitigação ou compensação.

4.6 CLASSIFICAÇÃO AMBIENTAL DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA IFC

Para definição do tipo de avaliação ambiental que o projeto requer, preliminarmente é feita uma classificação, baseando-se no setor de atuação, escala de reversibilidade de impactos da atividade a ser financiada, conforme se descreve:

4.6.1 Classificação “PAR” (Projeto de Alto Risco)

Projeto de alto risco, (equivalente à categoria A da IFC). São projetos que envolvem riscos significativos ao meio ambiente. Necessitam de análise ambiental completa, baseada em consultoria externa e em pareceres jurídicos.

A avaliação ambiental de um projeto enquadrado nesta categoria examina os impactos ambientais potencialmente negativos e positivos, compara-os com os das alternativas viáveis (inclusive com a situação que existiria “sem o projeto”) e recomenda quaisquer medidas necessárias para prevenir, minimizar, mitigar ou compensar o impacto adverso, melhorando o desempenho ambiental.

Atividades classificadas como “PAR”:

- Barragens e reservatórios;
- Fábricas e propriedades industriais de larga escala;
- Projetos de silvicultura;
- Grandes projetos da área de gás e petróleo, inclusive construção de oleodutos de grande porte;
- Grandes operações relacionadas a metais ferrosos e não-ferrosos;
- Projetos portuários de grande porte;
- Grandes projetos de geração de energia termelétrica e hidrelétrica;

- Fabricação, transporte e uso significativo de materiais perigosos e/ou tóxicos;
- Operações de descarga de detritos domésticos ou perigosos;
- Outros setores para os quais a legislação brasileira exige análise de impacto ambiental.

4.6.2 Classificação “PMR” (Projeto de Médio Risco)

Projetos de médio risco, (equivalentes a categoria B do IFC), cujos impactos ambientais são menos adversos em comparação com os da categoria PAR. Esses impactos são específicos aos locais; poucos são irreversíveis, se é que algum seja irreversível; na maior parte dos casos, se puderem ser previstas medidas de mitigação mais prontas do que para os projetos da categoria PAR. O escopo da avaliação ambiental de um projeto da categoria PMR pode variar de caso para caso mas é mais limitado do que um equivalente ao da categoria PAR.

Atividades classificadas como “PMR”:

- Cervejarias;
- Fabricação de cimento;
- Atividades da indústria de laticínios;
- Processamento de alimentos;
- Instalações fabris em geral;
- Hospitais;
- Hotéis/desenvolvimento turístico;
- Mineração (pequena escala);
- Galvanização de metais;
- Modernização de fábricas existentes;
- Usinas de papel e celulose;

- Fábricas têxteis;
- Comércio de combustíveis e derivados;
- Outras.

4.6.3 Classificação “PBR” (Projeto de Baixo Risco)

Projetos de baixo risco ou sem risco (equivalentes à categoria C do IFC). São projetos em que não se espera impacto relevante sobre o meio ambiente, não necessitam de análises ambientais específicas. Além da classificação, não é necessária qualquer outra medida de avaliação ambiental para um projeto da categoria PBR.

Atividades classificadas como “PBR”:

- Desenvolvimento de “software”;
- Empresas de consultoria;
- Empresas de serviços;
- Assistência técnica;
- Empresas de “factoring”;
- Registro de ações;
- Instalações industriais gerais;
- Atividades bancárias de varejo;
- Outras.

4.7 ATIVIDADES COM RESTRIÇÕES

Para efeito de enquadramento, os projetos a seguir estão automaticamente excluídos em virtude de estarem diretamente ligadas a atividades que possuem

rejeição de grande parte da sociedade, além de não agregar valor ao meio ambiente visa preservar a imagem das instituições desvinculando-as de setores que possam comprometer o desenvolvimento sustentável.

- Atividades que envolvam formas de trabalho infantil prejudiciais ou exploratórios;
- Fabricação de quaisquer produtos considerados ilegais por leis ou normas do país;
- Fabricação de armas e munições;
- Produção ou comércio de bebidas alcoólicas;
- Produção ou comércio de fumo;
- Jogos, cassinos e atividades equivalentes;
- Comercialização de animais, plantas selvagens ou produtos correlatos;
- Fabricação de materiais radioativos;
- Fabricação ou uso de fibras soltas de amianto;
- Operações comerciais de corte de madeira nativa;
- Fabricação de produtos farmacêuticos proibidos;
- Fabricação de pesticidas/herbicidas proibidos;
- Fabricação de substâncias prejudiciais à camada de ozônio em processo de descontinuidade no mercado internacional.

4.8 CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

A classificação de um projeto depende do tipo, localização, sensibilidade e escala do empreendimento, bem como da natureza e magnitude dos impactos potenciais. Para desenvolver e acompanhar este processo, faz-se necessário o envolvimento da empresa nos diversos níveis hierárquicos, iniciando pela alta administração.

Os processos obedecem os critérios de pré-classificação conforme segue:

Projetos com classificação PAR e PMR:

- Quando o número de respostas afirmativas da ficha de verificação (cor verde) for inferior a 50% dos itens, a empresa receberá um comunicado formal por parte do banco sobre o não atendimento dos critérios de classificação;
- Quando 50% ou mais das respostas da ficha de verificação forem afirmativas (cor verde), a empresa recebe a visita do analista para continuidade da análise.

Projetos com classificação PBR:

- Dispensa visita do analista

No entanto, para concessão de empréstimo independente da classificação PAR, PMR ou PBR é condição “sine qua non” que os itens 30, 33 e 35 sejam afirmativas (cor verde).

Os processos são compostos pelos dados do relatório padrão e devem estar acompanhados da ficha de verificação devidamente preenchida. É de responsabilidade do solicitante do financiamento a contratação e o pagamento dos consultores externos independentes que irão orientar quanto ao preenchimento da ficha de verificação requerida pelos técnicos do banco.

O banco deixa à disposição o consultor ambiental para prestar todo o auxílio que for necessário.

A avaliação ambiental também deverá envolver as comunidades afetadas pelo projeto, bem como as ONGs locais com interesses ambientais, pois esses grupos poderão fornecer muitas informações úteis ao levantamento.

Os clientes contam com o apoio dos funcionários do banco para encaminhar os projetos ao comitê de crédito.

No comitê de crédito os projetos são apreciados pelo analista e coordenador ambiental, cuja responsabilidade consiste em avaliar o risco e assegurar a implementação da política ambiental de acordo com as diretrizes da diretoria executiva.

Nessa etapa é feita a identificação antecipada da conformidade dos itens da ficha de verificação, bem como do tipo e magnitude dos problemas ambientais

potenciais e das correspondentes medidas ambientais corretivas que cada operação possa exigir. As operações que podem exercer um significativo impacto ambiental, negativo ou positivo, deverão ser adequadamente tratadas durante todo o ciclo do projeto, desde a fase de identificação até depois da execução. Esse monitoramento é feito pelos analistas ambientais do banco.

Após a visita do analista e identificadas as correções e recomendações o pedido de empréstimo fica na posição pendente, mantendo-se obviamente sigilo bancário nas informações, havendo possibilidade de conceder um prazo de até 60 dias para correção das deficiências.

Confirmando-se as conformidades do projeto de acordo com as exigências ambientais do banco o processo é aprovado.

A supervisão é um aspecto essencial da revisão ambiental feita pelo banco, pois a decisão a favor da aprovação ambiental se baseia parcialmente na suposição de que as medidas atenuantes e demais provisões serão implementadas pelo tomador do empréstimo, principalmente no tocante à correção dos impactos adversos que sem a correção, levariam à reprovação do empreendimento.

Essa supervisão é feita pelos órgãos públicos de controle ambiental; advertência, por parte dos técnicos do projeto sobre a ocorrência de impactos imprevistos; e missões de supervisão do banco para revisar a implementação das disposições ambientais.

A utilização de um modelo de análise dos impactos ambientais é um caminho em que se busca atuar de acordo com os princípios de preservação do meio natural, valorizando conformidades e verificando-se as particularidades de cada empresa.

No entanto, o modelo não pode ser fechado, o meio ambiente é complexo, bem como as organizações; assim a ferramenta de análise torna-se um balisador; a partir dela e de acordo com a legislação, pode-se aprofundar estudos para enquadramento, com o objetivo de atuar com segurança e, o mais importante, com o aval e respaldo da sociedade.

5 CASO DA EMPRESA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS

5.1 HISTÓRICO

Trata-se de um caso real, ocorrido na região oeste do Paraná; por razões éticas o nome das empresas envolvidas são substituídos.

A Empresa Comércio de Combustíveis foi instalada em um município do oeste do Paraná em 1979, iniciando atividades no ramo de comércio de combustíveis, lavagens, lubrificação de veículos, peças e acessórios em geral. A empresa localiza-se em região de ocupação mista, comercial/residencial, abrangendo área de 6.100 m².

Após mais de 20 anos de mercado, sólida e confiável sob o aspecto econômico, financeiro e gerencial, conquistou grande clientela, fator que permite vender em média 250.000 litros/mês de combustíveis, garantindo-lhe um faturamento rentável e acima de tudo confortável.

Sob o aspecto legal, encontrava-se devidamente autorizada a funcionar, conforme verifica-se pelo alvará de licença municipal, agência nacional de petróleo e outros documentos exigidos e fiscalizados pelas autoridades competentes.

Quanto à licença ambiental do IAP, embora seja obrigatória de acordo com a lei, nenhum posto da mesma cidade a possui; dada a falta de fiscalização no setor, o fato não constituía impeditivo para funcionamento, nem tampouco estava incomodando ou sensibilizando os donos de postos de combustíveis para providências em busca de soluções.

5.2 ACIDENTE

Em março de 2001 a empresa e a comunidade foram surpreendidas por grave acidente ambiental, caracterizado como fonte de despejo acidental de óleo diesel, considerado o maior já ocorrido na região.

Um defeito na tubulação que armazena os combustíveis no tanque sob a terra provocou vazamento em torno de 8.000 litros de óleo, que percorreu a base dos tanques, encontrou outro cano de PVC trincado que conduzia águas pluviais para o esgoto. Isto fez o óleo ser levado ao Lago Municipal (distante do posto em torno de 600 metros), cartão de visitas na cidade e um dos responsáveis pelo abastecimento público do município.

Identificado o derramamento, iniciou-se uma ação conjunta dos órgãos responsáveis (Ibama, IAP, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros, Sanepar), para identificar a origem do vazamento.

O fato tomou grandes proporções, sendo acompanhado pelos diversos meios de comunicação de forma dura e persistente.

Em pouco tempo as autoridades chegaram à Empresa Comércio de Combustíveis e, quando se confirmou a suspeita, a empresa foi alvo da chegada de autoridades e curiosos em poucos minutos, tornando a situação insustentável e obrigando o proprietário a lacrar o posto por tempo indeterminado, decisão inevitável.

Simultaneamente à tomada de providências emergenciais para eliminação do risco por parte dos órgãos públicos envolvidos e do próprio posto, além da Distribuidora de Combustíveis que atende o estabelecimento, foi iniciado o trabalho de investigação, para identificação da causa do vazamento. A partir daí a empresa, o proprietário e a distribuidora passaram a sofrer pressões da imprensa, órgãos responsáveis e sociedade.

5.2.1 Levantamento

No levantamento foram realizados vários tipos de análises e verificações, avaliando as condições de estanqueidade dos equipamentos; foram testados 15 tanques subterrâneos, com vida útil e capacidade de armazenamento variadas, além de diversos outros itens.

Embora os testes de estanqueidade tenham apontado para o correto funcionamento de todos os equipamentos de abastecimento, identificou-se acúmulo de óleo sob as duas bombas de abastecimento de óleo diesel e sob o filtro prensa instalados na ilha externa do posto, paralelos a avenida de tráfego intenso.

Estes pontos de contaminação têm interferência com instalações antigas desativadas que ainda estão sob a pista de abastecimento e também com a rede de drenagem pluvial que atravessa a pista de abastecimento. Tais interferências acabam por gerar caminhos preferenciais para o deslocamento do contaminante, acelerando seu deslocamento.

5.2.2 Conclusão do Relatório do Instituto Ambiental do Paraná

Com a conclusão do relatório e já tomadas as providências emergenciais por parte da Distribuidora de Combustíveis e órgãos responsáveis, principalmente em relação a recuperação, preservação e monitoramento do Lago Municipal, foram estabelecidas algumas recomendações, de acordo com o quadro de contaminação observado na Empresa Comércio de Combustíveis:

- Garantir a impermeabilidade da pavimentação da área sob cobertura principal, eliminando-se o risco associado à inalação de compostos voláteis;
- Garantir que a contaminação superficial não mais atingiria a rede de drenagem pluvial, devendo ser considerada uma das seguintes alternativas: retirada

do subsolo na zona saturada pela contaminação superficial ou impermeabilização da rede de drenagem sob a pista;

- Instalar sistemas de contenção de vazamentos nas bombas de abastecimento (câmara de contenção de bomba);
- Garantir a impermeabilidade da pavimentação localizada sob o filtro prensa;
- Executar o monitoramento do deslocamento e degradação da pluma de contaminação profunda (solo da empresa contaminado pelo derramamento de óleo), devendo ser realizadas coletas periódicas de amostras do subsolo a cada 0,50 metros para a realização de análises químicas. Devem ser realizadas sondagens na área próxima ao tanque quatro. Deve-se prever o monitoramento semestral no primeiro ano e anual nos subsequentes, comparando-se com os resultados obtidos, por seis anos.

5.2.3 Multas, Penalizações e Responsabilidades

A Distribuidora de Combustíveis foi autuada em R\$ 500.000,00, além de ser responsabilizada pela recuperação e monitoramento do Lago Municipal pelo período de dois anos. A título de compensação, assumiu a responsabilidade pela execução de algumas obras no Zoológico Municipal, localizado próximo ao lago:

- Construção de jaula para o macaco prego;
- Recuperação de trilhas nas matas.

A empresa Comércio de Combustíveis foi autuada no valor de R\$ 100.000,00.

5.3 LICENÇAS AMBIENTAIS

Como objetivo de retornar às atividades normais e para liberação do licenciamento ambiental decorrente do estudo de caso, a empresa teve que providenciar uma série de alterações em suas estruturas para obter as licenças conforme descreve-se:

5.3.1 Para Obtenção da Licença Prévia, é necessário:

- Apresentar ao IAP para análise, o projeto do sistema de tratamento de resíduos líquidos e sólidos, a ser implantado na unidade, em conformidade com as normas;
- A tancagem para armazenamento de combustíveis deve atender às normas da ABNT;
- Apresentar ao Instituto Ambiental do Paraná, cronograma de testes de estanqueidade dos tanques subterrâneos e suas tubulações;
- Construir poço de monitoramento para amostragem do lençol freático, conforme NBR 13.895/97 da ABNT, com indicação em pauta;
- Apresentar ao IAP plano de contingência, contendo as providências a serem adotadas no caso de eventuais sinistros, voltadas à minimização dos impactos ambientais desses decorrentes;
- Apresentar ao IAP outorga para uso de águas subterrâneas;
- Óleo usado (cárter e retido no separador água/óleo) deve ser destinado para indústrias de recuperação;
- Os parâmetros de lançamento de resíduos líquidos devem atender as especificações da Sanepar;
- Apresentar anuência da Sanepar para lançamento dos efluentes tratados na rede de esgotos;

- A legislação municipal deverá ser atendida;
- Além das solicitações já descritas, o que cabe, de acordo com o artigo 5º da Resolução Conama nº 273/00 de 29.11.00.

5.3.2 Para Obtenção da Licença de Instalação, é necessário:

- Que todos os sistemas de tratamento e disposição final de efluentes líquidos, incluindo drenagem oleosa, devam ser implantados conforme projetos apresentados e aprovados pelo IAP e SANEPAR;
- É ônus dos projetistas e da contratante o perfeito funcionamento dos sistemas anti poluição que, após implantados e em qualquer época, devam atender as exigências do IAP;
- Plano de contingência, contendo as providências a serem tomadas no caso de eventuais sinistros, voltadas à minimização dos impactos ambientais destes decorrentes;
- Atestado de vistoria do corpo de bombeiros;
- Autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP);
- Programa de treinamento de pessoal em operação, manutenção e resposta a incidentes;
- Plano de manutenção de equipamentos, sistemas e procedimentos operacionais.

5.3.3 Para Obtenção da Licença de Operação, é necessário:

- A operação e manutenção do sistema de tratamento de resíduos devem atender e seguir as orientações do projetista, de modo a atender em qualquer época, as exigências de licenciamento;

- Em hipótese alguma pode ocorrer o lançamento em corpos hídricos, direta ou indiretamente, de resíduos originados do decantador;

É preciso também apresentar ao Instituto Ambiental do Paraná:

- Semestralmente, laudo de análises de águas do lençol freático para os teores de derivados de petróleo e álcool;

- Periodicamente, conforme disposto no parágrafo único do artigo 3º da Resolução Conama nº 372, teste de estanqueidade para tanques e tubulações;

- Resultado do monitoramento, conforme plano apresentado, incluindo teste de biodegradabilidade.

5.4 PROVIDÊNCIAS

A Empresa Comércio de Combustíveis, além de atender as exigências legais, em conjunto com a Distribuidora de Combustíveis, substituiu todos os tanques de armazenamento de produtos por tanques ambientalmente corretos e seguros. Estes possuem dispositivos de monitoramentos modernos, com capacidade de detectar de imediato qualquer problema de vazamento, reduzindo sensivelmente a possibilidade de ocorrências desta natureza.

Do solo foram retirados vários caminhões de material contaminado por óleo diesel; transportados para a capital do Estado, onde seguiu para descontaminação e queima.

Paralelamente, foram retiradas amostras do solo subsuperficial, abaixo do nível de aterro do estabelecimento; através das sondagens foi possível identificar a contaminação. As amostras foram enviadas ao Iraque e Estados Unidos para análise quanto ao risco de atingir o lençol freático, ou verificação da capacidade de absorção do solo pela biodegradabilidade.

Os resultados dos exames foram favoráveis, a reestruturação foi possível, transformando o posto num estabelecimento modelar, ambientalmente correto e

único na região, com capacidade e aptidão para executar com eficiência este monitoramento, em virtude do nível de tecnologia implantado.

Ao todo, foram realizados investimentos superiores a R\$ 600.000,00 para que a empresa Comércio de Combustíveis retornasse às atividades, sendo 50% recursos próprios e 50%, investimentos realizados pela Distribuidora de Combustíveis. A recuperação foi possível graças à capacidade administrativa e financeira do proprietário, bem como pelo apoio recebido por parte daquela distribuidora.

O relato do proprietário e da distribuidora, esta representada pelo consultor responsável pela região, fez aumentar muito a consciência dos empresários e dos consumidores após esse acidente, pela proporção que o caso tomou e pela intensificação da fiscalização; eles sentiram-se pressionados pela força da lei, pelos meios de comunicação e consumidores.

Evidencia-se que o risco nas atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, decorrente de eventos acidentais que venham a comprometer o meio ambiente é muito grande. Relativamente poucas empresas possuem condições de responder a um problema desta natureza que, para a grande maioria, representaria encerramento definitivo de suas atividades.

5.5 APLICAÇÃO DOS MODELOS DE ANÁLISE DE CRÉDITO

Com o objetivo de exemplificar a utilização do modelo optou-se por apresentar um caso real, porém a aplicação será realizada com valores aleatórios, apenas para ilustração.

5.5.1 Relatório Padrão

A Empresa de Comércio de Combustíveis solicita empréstimo a um banco que atua no Brasil para ampliação de seu parque de tanques para armazenamento de combustíveis, nas seguintes condições:

Valor: R\$ 100.000,00

Juros: 9% a.a.

Prazo: 60 meses com 12 de carência

Considerações:

- O risco de crédito é do banco ;
- A Empresa de Comércio de Combustíveis apresenta boas condições econômicas e financeiras, com limite de crédito compatível para atendimento;
- O banco vai aplicar o modelo convencional de análise de crédito, considerando o cenário anterior ao acidente, aplicando na seqüência o modelo SBGA (Sistema Bancário de Gerenciamento Ambiental), avaliando o cenário anterior e posterior ao acidente.

5.6 ANÁLISE DE CRÉDITO PELO MODELO CONVENCIONAL

No Caso 1 – Solicitação de Empréstimo Antes do Acidente - ao utilizar-se a análise de crédito convencional, tem-se o seguinte resultado:

RELATÓRIO DE VISITAS/FICHA DE VERIFICAÇÃO

Empresa: Comércio de Combustíveis
CNPJ: 00.111.222/0001-00
Agência: 01
Empresa/matricula do administrador responsável pelo relatório: 1010

Data do relatório: 13.03.2000
Restrições: "Nihil"
Contato na empresa
Nome/cargo/tempo na função: sócio-gerente/20 anos
Dados da empresa
Fundação:16.04.1979
Endereço: Avenida X
Atividade principal: Comércio de Combustíveis
Tempo de atuação no ramo de atividade: 20 anos
Principal administrador/nome e cargo/tempo na função/curso superior e data de início de atividade na empresa: Sócio-gerente/20 anos/Administração/16.04.1979
Área
Localiza-se em área própria ou de terceiros: Própria
Área total/Área construída: 6.100 m ² /1.500 m ²
Organização: OK
Administração: OK
Filiais: "Nihil"
Composição do quadro funcional: 30 funcionários
Política de recursos humanos: OK
Terceirização: "Nihil"
Controles contábeis/gerenciais que a empresa possui: OK
Nível de informatização: OK
Contabilidade: OK
Instalações
Nível de conservação: Boas condições
Nível de ociosidade: 5%
Principais produtos: Combustíveis e óleos lubrificantes
Produtos comercializados/serviços prestados/percentual do faturamento:80% produtos e 20% serviços
Fornecedores
Fornecedor contato telefone percentual de compra pagto atraso (dias)
Companhia Brasileira de Petróleo – gerente – 11-3247-8431 – 90% sem atrasos
Prazo médio de pagamento a fornecedores: 7 dias

Clientes
Possui cadastro de seus clientes: 40%
É filiada a órgão de proteção ao crédito: Sim
As vendas/serviços são realizados: 20% clientes pessoas jurídicas
80% clientes pessoas físicas
Cliente contato telefone percentual faturamento ref. Crédito.
YY – 45-225-5000 – 5% Bom
XX – 45-225-0005 – 5% Bom
Vendas a prazo/percentual do faturamento: 50%
Vendas com cheques pré-datados/percentual do faturamento: 30%
Prazo médio concedido a clientes: 10 dias
Nível de inadimplência: 3%
Mercado/concorrência
Empresa atua no mercado interno/externo: Interno
Participação da empresa no mercado de atuação: 5%
Principais concorrentes: Empresa Z e A
Existe concentração de negócios nos períodos: “Nihil”
Atividade desenvolvida durante o período de baixa nas vendas: “Nihil”
Quanto ao faturamento: 250.000 litros/mês
Suas vendas são realizadas: 50% à vista e 50% a prazo
Perspectivas/visão da empresa sobre a atual conjuntura econômica: Economia estável e boas perspectivas em termos regionais – mercado em expansão.
Mercado externo – exportações
Exporta: “Nihil”
Mercado externo – importações
Importa: “Nihil”
Plano de expansão: Abertura de filiais
Possui investimento/planejamento em: Sim, imóveis e veículos de transporte
Recurso utilizado: Próprio
Dados financeiros – faturamento/estoque
Faturamento: R\$ 400.000,00
Estoques suficientes para 10 dias de vendas.
Dados financeiros – dívidas bancárias

Dívidas bancárias de curto e longo prazo: “Nihil”			
Instituição	modalidade	valor	vencimento.
Comentários adicionais: Empresa com limite de crédito implantado e suficiente para comportar a concessão do crédito. O administrador possui experiência no ramo, atua há mais de 20 anos na região apresentando excelente caráter. A empresa possui padrão de faturamento conforme histórico contábil e é capaz de assumir responsabilidades de curto e longo prazo.			
Outras considerações: O sócio-proprietário figura como aval na proposta, possui destacado capital composto por bens móveis e imóveis.			

Conclusão: Na análise de crédito convencional a empresa atende as exigências do relatório de visitas, não possui restrições, seu limite é compatível para enquadramento, o faturamento é firme e os sócio-proprietários possuem bom histórico de idoneidade, o crédito certamente será aprovado e o desempenho ambiental sequer foi comentado.

5.7 ANÁLISE DE CRÉDITO PELO MODELO SISTEMA BANCÁRIO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

Considerando o conhecimento do histórico da empresa antes e após o acidente, este estudo propõe-se a simular a utilização da ferramenta nos dois momentos.

5.7.1 Caso 1 – Solicitação de Empréstimo Antes do Acidente

QUADRO 3 – FICHA DE VERIFICAÇÃO CASO 1

CRITÉRIO 1 – FORNECEDORES	Sim	Não	NA
1. As matérias primas utilizadas são oriundas de recursos renováveis?			

2. Os fornecedores são monopolistas do mercado?			
3. Os fornecedores apresentam processos produtivos impactantes ao meio ambiente e aos seres humanos?			
4. Os principais fornecedores da organização são certificados pelas normas ambientais ISO 14001?			

CRITÉRIO 2 – PROCESSO PRODUTIVO

a) ECO-EFICIÊNCIA DO PROCESSO PRODUTIVO			
5. As máquinas, equipamentos e instalações encontram-se conservadas, e vem recebendo as manutenções necessárias?			
6. Os processos produtivos são poluentes ou potencialmente poluentes?			
7. A organização atende integralmente as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores internos e externos?			
b) NÍVEL DA TECNOLOGIA UTILIZADA NO PROCESSO			
8. Os produtos produzidos apresentam baixo valor agregado?			
9. A tecnologia apresenta viabilidade somente para grande escala de funcionamento?			
10. A tecnologia apresenta alto índice de automação (demanda uma baixa densidade de capital e trabalho)?			
11. A tecnologia demanda a utilização de insumos e matérias primas perigosas?			
12. A tecnologia é autóctone (capaz de ser desenvolvida, mantida e aperfeiçoada com recursos próprios)?			
13. A tecnologia representa uma dependência da organização em relação a algum fornecedor ou parceiro?			
c) ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS DO PROCESSO			
14. A fonte hídrica utilizada é comunitária?			
15. Existe um alto consumo de água no processo produtivo?			
16. Existe algum tipo de reaproveitamento de água no processo?			
17. São gerados efluentes perigosos durante o processo?			
18. Os padrões legais referentes a efluentes líquidos são integralmente atendidos?			
19. Os padrões legais referentes a resíduos sólidos são integralmente atendidos?			
20. Existe algum tipo de reaproveitamento de resíduos sólidos no processo?			
21. A matriz energética é proveniente de fontes renováveis?			
22. Existe algum tipo de reaproveitamento de energia no processo?			
23. Ocorre a geração de emissões atmosféricas tóxicas ou perigosas?			

24. Os padrões legais referentes a emissões atmosféricas são integralmente atendidos?			
d) INDICADORES GERENCIAIS			
25. A organização possui as licenças ambientais previstas em lei para a execução de suas atividades?			
26. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?			
27. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo produtivo por parte da comunidade vizinha?			
28. Em caso afirmativo, foram tomadas ações corretivas e/ou preventivas para a resolução do problema?			
29. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas?			
30. Em caso afirmativo, os acidentes ou incidentes foram resolvidos de acordo com as expectativas das partes interessadas?			
31. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?			
32. A eficiência de utilização de insumos e matérias primas é igual ou superior à média do setor?			
e) RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO			
33. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?			
34. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?			
35. A mão de obra empregada é altamente especializada?			
36. Os colaboradores estão voltados à inovações tecnológicas?			
37. A organização oferece participação nos lucros ou outras formas de motivação aos colaboradores?			
f) DISPONIBILIDADE DE CAPITAL			
38. Existe capital próprio disponível para investimentos em gestão ambiental?			
39. Existem restrições cadastrais ou legais para a concessão de empréstimos para investimentos em gestão ambiental?			

CRITÉRIO 3 – UTILIZAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

40. O consumidor tradicional do produto apresenta alta consciência e nível de esclarecimento ambiental?			
41. O produto é perigoso ou requer atenção e cuidados por parte do usuário?			
42. A utilização do produto ocasiona impacto ou risco potencial ao meio ambiente e aos seres humanos?			
43. O produto situa-se em um mercado de alta concorrência?			
44. O produto possui substitutos no mercado ou em desenvolvimento?			
45. O produto apresenta consumo intensivo (artigo de primeira necessidade)?			

46. O produto apresenta características de alta durabilidade?			
---	--	--	--

CRITÉRIO 4 – PRODUTOS PÓS-CONSUMO

47. O produto, após sua utilização, pode ser desmontado para reciclagem e/ou reutilização?			
48. O produto, após sua utilização, apresenta facilidade de biodegradação e decomposição?			
49. O produto pós-consumido apresenta periculosidade?			
50. O produto pós-consumido gera empregos e renda na sociedade?			

5.7.1.1 Observações do Analista Ambiental

O item 5 do quadro 3 informa que as máquinas, equipamentos e instalações encontram-se conservadas e que vêm recebendo manutenção. Na visita não foram localizados registros, relatórios periódicos de manutenção; as instalações, principalmente os tanques de armazenamento de combustíveis, possuem variações significativas em suas idades, existem tanques novos e outros com 08 até 20 anos de uso, cujas condições recomendam verificações.

O item 18 diz que a empresa atende integralmente os padrões legais referentes a efluentes líquidos. A informação não condiz com a realidade. Embora ela possua uma caixa coletora de resíduos líquidos para tratamento, não obedece aos padrões legais.

No item 25 a empresa informa não possuir as licenças ambientais previstas em lei. Indagada sobre o assunto, comenta que embora se constitua em exigência legal, nenhum posto de combustível as possui pela falta de exigência dos órgãos ambientais e, por outro lado, excesso de exigências para conseguí-las.

No item 29 foi informado que a empresa nunca sofreu ação judicial referente a poluição ambiental, acidentes ambientais ou qualquer outro incidente desta natureza. No entanto, quando solicitada para apresentar o plano de contingência contendo as providências a serem adotadas no caso de eventuais sinistros, nenhum registro foi identificado.

Os itens 33 e 34 embora afirmem que tanto a alta administração como o corpo gerencial estão efetivamente comprometidos com as questões ambientais, nenhuma obra ou projeto foi identificada para comprovação dos fatos e a informação de que nenhum posto possui as licenças ambientais é, no mínimo, preocupante e coloca em dúvida o comprometimento dos empresários.

5.7.1.2 Avaliação Geral

A empresa possui mais de 20 anos no mercado, pelo ramo de atividade e pelas condições atuais levantadas pelo Sistema de Gerenciamento Ambiental e confirmadas “in loco”, obteve a classificação “PMR”, projeto de médio risco. Portanto, fazem-se necessárias algumas recomendações com relação aos aspectos ambientais.

Para deferimento do crédito recomenda-se solicitar à empresa que providencie as licenças ambientais previstas em lei, ou seja, licença prévia, licença de instalação e licença de operação.

As deficiências encontradas serão automaticamente corrigidas após a liberação das licenças, tendo em vista as exigências decorrentes, de modo especial as seguintes, após realização da análise:

- Apresentar testes de estanqueidade dos tanques subterrâneos e suas tubulações;
- Apresentar projeto do sistema de tratamento de resíduos líquidos e sólidos, implantado na unidade, em conformidade com as normas;
- Apresentar plano de contingência, contendo as providências a serem adotadas no caso de eventuais sinistros;

5.7.1.3 Recomendações

Devolver o projeto para adequação e retornar posteriormente para continuidade do processo.

5.7.1.4 Conclusão do processo de análise

Desta forma, conclui-se que, para atendimento com segurança do crédito pleiteado, é indispensável a realização de investimentos ambientais para adequação dos processos, garantindo a sustentabilidade da empresa e do órgão financiador.

5.7.2 Caso 2 – Solicitação de Empréstimo após o Acidente

QUADRO 4 – FICHA DE VERIFICAÇÃO CASO 2

CRITÉRIO 1 – FORNECEDORES	Sim	Não	NA
1. As matérias primas utilizadas são oriundas de recursos renováveis?			
2. Os fornecedores são monopolistas do mercado?			
3. Os fornecedores apresentam processos produtivos impactantes ao meio ambiente e aos seres humanos?			
4. Os principais fornecedores da organização são certificados pelas normas ambientais ISO 14001?			

CRITÉRIO 2 – PROCESSO PRODUTIVO

a) ECO-EFICIÊNCIA DO PROCESSO PRODUTIVO			
5. As máquinas, equipamentos e instalações encontram-se conservadas, e vem recebendo as manutenções necessárias?			
6. Os processos produtivos são poluentes ou potencialmente poluentes?			
7. A organização atende integralmente as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores internos e externos?			

b) NÍVEL DA TECNOLOGIA UTILIZADA NO PROCESSO			
8. Os produtos produzidos apresentam baixo valor agregado?		■	
9. A tecnologia apresenta viabilidade somente para grande escala de funcionamento?	■		
10. A tecnologia apresenta alto índice de automação (demanda uma baixa densidade de capital e trabalho)?		■	
11. A tecnologia demanda a utilização de insumos e matérias primas perigosas?	■		
12. A tecnologia é autóctone (capaz de ser desenvolvida, mantida e aperfeiçoada com recursos próprios)?		■	
13. A tecnologia representa uma dependência da organização em relação a algum fornecedor ou parceiro?	■		
c) ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS DO PROCESSO			
14. A fonte hídrica utilizada é comunitária?		■	
15. Existe um alto consumo de água no processo produtivo?	■		
16. Existe algum tipo de reaproveitamento de água no processo?		■	
17. São gerados efluentes perigosos durante o processo?	■		
18. Os padrões legais referentes a efluentes líquidos são integralmente atendidos?	■		
19. Os padrões legais referentes a resíduos sólidos são integralmente atendidos?	■		
20. Existe algum tipo de reaproveitamento de resíduos sólidos no processo?		■	
21. A matriz energética é proveniente de fontes renováveis?		■	
22. Existe algum tipo de reaproveitamento de energia no processo?		■	
23. Ocorre a geração de emissões atmosféricas tóxicas ou perigosas?	■		
24. Os padrões legais referentes a emissões atmosféricas são integralmente atendidos?	■		
d) INDICADORES GERENCIAIS			
25. A organização possui as licenças ambientais previstas em lei para a execução de suas atividades?	■		
26. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?	■		
27. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo produtivo por parte da comunidade vizinha?		■	
28. Em caso afirmativo, foram tomadas ações corretivas e/ou preventivas para a resolução do problema?			■
29. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas?	■		
30. Em caso afirmativo, os acidentes ou incidentes foram resolvidos de acordo com as expectativas das partes interessadas?	■		

31. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?			
32. A eficiência de utilização de insumos e matérias primas é igual ou superior à média do setor?			
e) RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO			
33. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?			
34. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?			
35. A mão de obra empregada é altamente especializada?			
36. Os colaboradores estão voltados à inovações tecnológicas?			
37. A organização oferece participação nos lucros ou outras formas de motivação aos colaboradores?			
f) DISPONIBILIDADE DE CAPITAL			
38. Existe capital próprio disponível para investimentos em gestão ambiental?			
39. Existem restrições cadastrais ou legais para a concessão de empréstimos para investimentos em gestão ambiental?			

CRITÉRIO 3 – UTILIZAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

40. O consumidor tradicional do produto apresenta alta consciência e nível de esclarecimento ambiental?			
41. O produto é perigoso ou requer atenção e cuidados por parte do usuário?			
42. A utilização do produto ocasiona impacto ou risco potencial ao meio ambiente e aos seres humanos?			
43. O produto situa-se em um mercado de alta concorrência?			
44. O produto possui substitutos no mercado ou em desenvolvimento?			
45. O produto apresenta consumo intensivo (artigo de primeira necessidade)?			
46. O produto apresenta características de alta durabilidade?			

CRITÉRIO 4 – PRODUTOS PÓS-CONSUMO

47. O produto, após sua utilização, pode ser desmontado para reciclagem e/ou reutilização?			
48. O produto, após sua utilização, apresenta facilidade de biodegradação e decomposição?			
49. O produto pós-consumido apresenta periculosidade?			
50. O produto pós-consumido gera empregos e renda na sociedade?			

5.7.2.1 Observações do Analista Ambiental

A empresa de combustíveis foi vítima de um dos maiores acidentes ambientais já registrados na região, ocorrido no início de 2001. Este fato fez a empresa renascer para um novo ciclo de vida, tornando-se a única empresa da região neste ramo de atividade a obter todas as licenças ambientais que a habilitam para funcionamento. Ressalta-se que isto somente foi possível graças à boa saúde financeira da empresa e dos sócios, aliada ao apoio recebido da Distribuidora de Combustíveis.

5.7.2.2 Avaliação Geral

A empresa obteve a classificação “PMR”, projeto de médio risco, de acordo com o ramo de atividade, conforme estabelece o SBGA – Sistema Bancário de Gerenciamento Ambiental.

Verificam-se “in loco” modernas instalações, de acordo com as normas e recomendações dos órgãos ambientais, em nível para que a empresa possa ser considerada um modelo no ramo de comércio de combustíveis e derivados.

Ela conta hoje com novo sistema de tratamento de resíduos, tendo efetuado instalação de canaletas no pátio de abastecimento para acolhimento dos materiais, para posterior tratamento nas caixas coletoras.

Outro importante aspecto a destacar, infelizmente motivado pela pressão do episódio, é o alto nível de conscientização da alta administração, que necessitou de muita força e elevados investimentos para voltar às atividades normais, sendo responsável inclusive pelo monitoramento periódico do solo próximo ao local do vazamento pelo período de seis anos.

Após o acidente ficou muito claro para os proprietários que é melhor agir e investir preventivamente do que ficarem expostos e serem obrigados a tomar

medidas de mitigação e compensação. Isto não significa que a empresa não corra risco; acidentes são fatos inesperados e para isto a empresa possui seu plano de contingência, com providências a serem tomadas no caso de eventuais sinistros.

5.7.2.3 Recomendações

Embora a condição atual atenda as exigências dos órgãos ambientais, evidenciam-se grandes possibilidades de melhorar os processos, reaproveitando resíduos, principalmente líquidos e conseqüentemente reduzindo custos. A empresa apresenta alto consumo de água devido à lavagem de veículos e limpeza das áreas úteis. O processo de coleta e tratamento encontra-se em funcionamento, no entanto, pode-se alterar sua parte final direcionando para o reaproveitamento, inclusive as águas pluviais.

5.7.2.4 Conclusão do Processo de Análise

As recomendações visam melhorar os processos e não comprometem a análise atual. A empresa encontra-se devidamente regulamentada e, sob o aspecto ambiental, está habilitada a contrair o empréstimo. A visão atual é a longo prazo e os investimentos que foram e estão sendo feitos visam a garantir a sustentabilidade da organização e de seus parceiros comerciais.

5.8 COMENTÁRIOS SOBRE O MODELO PROPOSTO

O método permite avaliar a condição ambiental no momento em que a empresa está pleiteando o crédito, observando suas conformidades e potenciais impactos ambientais, fatores indispensáveis para análise do risco de crédito. No

exemplo da empresa Comércio de Combustíveis, caso tivesse solicitado recursos ao banco brasileiro antes do acidente, existiria grande probabilidade de ter-se evitado o acidente em virtude das recomendações efetuadas pelo analista ambiental. A ausência da variável ambiental expõe as instituições financeiras a riscos incalculáveis, levando-as a assumir prejuízos imprevistos bem como riscos muito mais graves, que podem comprometer a imagem da empresa financiadora de modo irreversível.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 CONCLUSÕES

Para tornar mais didática a apresentação das conclusões do trabalho, estas serão apresentadas em forma de itens, conforme definição dos objetivos.

6.1.1 Quanto ao Objetivo Geral do Trabalho

Na conclusão desse trabalho, busca-se, principalmente, saber se os objetivos previamente estabelecidos estão alcançados. Seu objetivo geral é voltado ao desenvolvimento de um modelo que permita aos bancos que atuam no Brasil a inserção de variáveis ambientais em seus processos de crédito, sensibilizando-os quanto aos aspectos e impactos ambientais e proporcionando uma ferramenta para avaliação de desempenho e de planejamento ambiental antes da concessão dos créditos.

6.1.1.1 Inserção de Variáveis Ambientais no Processo de Crédito dos Bancos que atuam no Brasil

A proposta de inserir variáveis ambientais no processo de crédito possui visão de longo prazo cuja principal característica é atuar com segurança, evitando surpresas desagradáveis após a liberação dos recursos. Serve também de auxílio e orientação às empresas na análise de processos. A proposta verifica a condição atual e faz recomendações para adequação de acordo com as normas legais.

A estratégia de alcançar o objetivo geral do trabalho através da apresentação de um caso real torna possível simular a aplicabilidade do modelo SBGA em dois momentos, antes e após a ocorrência do acidente ambiental, exemplificando a utilização e importância do novo modelo.

Os dados confirmam a fragilidade do modelo atual de concessão de crédito dos bancos que atuam no Brasil, expondo-os a riscos que podem e devem ser evitados. A inserção de variáveis ambientais no modelo atual é fundamental para a imagem dos bancos e vem ao encontro das expectativas da sociedade.

O levantamento bibliográfico apresenta os benefícios econômicos e estratégicos das partes envolvidas. Administrar com consciência ecológica já não está sendo uma opção, e sim necessidade diante da cobrança dos consumidores e principalmente da busca pelo crescimento e sustentabilidade das organizações.

Conclui-se também que está-se tornando fundamental conquistar a certificação ambiental a partir das normas internacionais ISO 14.000, fator indispensável para abertura de mercados em nível nacional e internacional. Os consumidores estão cada vez mais exigentes e à medida que aumenta a consciência ecológica tende a ser mais acirrada a disputa por novos mercados.

6.1.2 Quanto aos Objetivos Específicos

A abordagem do processo atual de crédito dos bancos que atuam no Brasil, adicionada ao desenvolvimento de um novo modelo de avaliação com apresentação de um caso real foram fundamentais para o alcance do objetivo geral.

6.1.2.1 Discorrer sobre o processo de crédito dos bancos que atuam no Brasil

O modelo de crédito convencional utilizado pelos bancos que atuam no Brasil apresenta risco potencial a curto e longo prazos. Acidente é algo involuntário e pode acontecer a qualquer momento. O descaso dos bancos em relação ao meio ambiente pode trazer conseqüências desastrosas e muitas vezes irreversíveis. O fato de analisar a condição financeira da empresa e a capacidade administrativa dos sócios é importante, no entanto é indispensável apreciar a conformidade dos processos da organização e identificar potenciais impactos ambientais que possam comprometer a estrutura de produção e principalmente a imagem da empresa.

O setor bancário brasileiro ainda não despertou para este novo caminho, as análises de crédito são puramente econômicas e financeiras, cuja visão é de retorno a curto prazo, observando-se principalmente a capacidade de pagamento atual dos clientes. Alguns acontecimentos em níveis nacionais e principalmente internacionais estão demonstrando os riscos a que estão sujeitos caso não alterem as políticas de créditos vigentes, incorporando variáveis ambientais na análise de concessão de crédito. O modelo atual de análise de crédito é funcional do ponto de vista econômico e financeiro; no entanto ao incorporar variáveis ambientais busca-se torná-lo eficiente e eficaz.

O presente trabalho é uma tentativa de demonstrar às empresas, em especial aos bancos que atuam no Brasil, que eles possuem grande responsabilidade na luta pela preservação do meio natural e, caso não alterem suas políticas de créditos vigentes, incorporando variáveis ambientais em seus processos de créditos, poderão ser surpreendidos por acontecimentos indesejáveis que poderão levá-los ao encerramento de suas atividades.

6.1.2.2 Desenvolver um Modelo de Análise de Crédito que Incorpore Variáveis Ambientais

O novo modelo diminui o risco para os bancos, empresas e sociedade em geral. Seu principal objetivo é verificar o funcionamento e a legalidade dos processos, evitando ocorrências ambientais negativas e conseqüentes prejuízos, tendo como maior vantagem a continuidade do meio natural. A definição do modelo de acordo com os princípios da IFC aliada à adaptação da ficha de verificação do método GAIA foram vitais para definir o critério de classificação ambiental.

A apresentação de um caso real ilustra o conteúdo teórico deste trabalho e comprova que não se precisa ir longe: o risco está em todo lugar, a qualquer momento pode-se ser surpreendido com problemas desta natureza. Corre-se o risco de vir a comprometer a estrutura da empresa e da instituição financeira à qual encontra-se diretamente ligada por parcerias comerciais, prejudicando toda a sociedade.

Um acontecimento dessa amplitude pode causar problemas irreversíveis em nível financeiro e o mais grave, comprometer a imagem da empresa e da instituição perante consumidores e sociedade em geral. Episódios dessa natureza recebem prioridade por parte da imprensa, à vista da repercussão e importância do assunto.

A escassez de recursos para investimento no meio ambiente é evidente, a carência de parcerias está confirmada. Diante deste quadro confirma-se a hipótese de que o momento é adequado e propício, ou seja, os bancos que atuam no Brasil têm plena condição de aproveitar esta oportunidade disponibilizando recursos e estabelecendo parcerias para o desenvolvimento sustentável.

6.1.2.3 Apresentar uma simulação de análise de crédito utilizando-se o modelo proposto

A partir deste levantamento foi possível estabelecer simulações práticas com o intuito de ilustrar a aplicação do modelo SBGA. A princípio a análise é estabelecida pelo modelo convencional, onde se considera o cenário anterior ao acidente. A análise foi puramente econômica e financeira, a empresa seria atendida e estaria sujeita aos riscos ambientais.

Utilizando o novo modelo para o mesmo cenário, ou seja anterior ao acidente, a empresa não seria atendida porque parte dos dados disponibilizados na ficha de verificação não correspondiam, conforme identificação “in loco” realizada pelo analista ambiental. A empresa foi orientada a proceder correções em determinados processos para posterior retorno da proposta.

Ao aplicar o novo modelo com cenário posterior ao acidente o resultado da análise foi positivo: as informações da ficha de verificação corresponderam à checagem do analista ambiental. A empresa apresentou as licenças ambientais e foi possível identificar as providências adotadas para adequação dos processos.

O caso real da Empresa Comércio de Combustíveis proporcionou condições para apresentação prática do novo modelo. A descrição do acidente demonstra a importância da administração dos riscos ambientais. O histórico da empresa, a condição financeira e a idoneidade de seus sócios são fatores relevantes, porém não se configuram em garantia de sustentabilidade.

6.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Eventuais trabalhos que pretendam continuar a linha de pesquisa adotada por este estudo poderiam abordar os seguintes temas:

- A criação de um programa computacional para aplicação do modelo

Por ser um procedimento complexo devido a ampla variação de ramos de atividades, dificultando o estabelecimento de parâmetros de impactos ambientais, torna-se importante a conversão para um aplicativo computacional que atenda ao fluxo usual de programação de sistemas dos bancos;

- A aplicação do modelo SBGA para outros ramos de atividades

Na medida em que as relações entre conscientização e desempenho ambiental são, ainda, pouco exploradas, embora demonstrando sua contribuição em termos de gerenciamento ambiental de organizações sustentáveis, a aplicação do modelo em outros ramos de atividade, buscando também novos perfis de organizações produtivas parece recomendável;

- Parceria entre empresas e governo

Seria de todo interesse um estudo que propusesse parceria entre empresas e governo, adotando uma política em que este subsidie parte da taxa de juros ou reduza determinados impostos para as que investem no meio ambiente;

- Do ponto de vista biótico

Outros pesquisadores podem avaliar o mesmo problema do ponto de vista biótico. O surgimento de novos enfoques iria enriquecer as eco-bibliografias;

- Investimento no campo natural

Seria importante que um banco investisse direta ou indiretamente no campo natural, quer através da adoção de pesquisadores que aprofundem o tema, quer na sugestão de uma parceria com uma Organização Não Governamental dedicada a esse assunto.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas encontram-se em posição-chave e delicada perante o mercado representado pela sociedade; elas concentram a produção e a utilização dos recursos naturais. O funcionamento de seus processos produtivos e a geração de

seus produtos e subprodutos não devem impactar o meio ambiente, sob pena de este ser conduzido ao desaparecimento.

O processo de globalização facilitou a comunicação, com fortes tendências para homogeneizar procedimentos, difundir tecnologias, tornando indesejáveis aqueles que poluem, degradam a natureza. Por outro lado, as empresas que valorizam e investem no meio ambiente serão sustentáveis, no tempo, à medida que proporcionem a defensibilidade da sociedade e da natureza, conquistando as seguintes vantagens:

- Identificação, avaliação, controle, transferência e monitoração dos riscos ambientais nos processos;
- Valorização de imagem perante clientes/sociedade;
- Fidelização da clientela;
- Redução de desperdícios;
- Geração de novas receitas;
- Transparência nas ações e decisões;
- Investimento na sustentabilidade da organização;
- Diferencial competitivo sem custo adicional;
- Transformação dos riscos em novas oportunidades de negócios;
- Atuação em conformidade com políticas, procedimentos, princípios corporativos e legislação ambiental vigentes;
- Preservação da qualidade de vida, meio ambiente e equilíbrio ecológico.

Quanto aos bancos que atuam no Brasil, aqueles que reconhecerem esta necessidade, seja incorporando variáveis ambientais em suas linhas de crédito atuais ou até mesmo criando linhas de créditos específicas para atendimento de determinada necessidade, certamente se beneficiarão das seguintes vantagens:

- Negócios transparentes e seguros;
- Cumprimento de seu papel perante a sociedade;
- Valorização de imagem;

- Agregação de valor aos acionistas;
- Fidelização da clientela;
- Incorporação de questões sociais e ambientais no processo de tomada de decisão;
- Modernização e sustentabilidade.

Vem emergindo a necessidade de reavaliar os sistemas de gestão ambiental, de comparar o desempenho ecológico em diversos setores, através de indicadores de eficácia, de mensurar o real comprometimento das empresas com as metas ambientais que anunciam e divulgam, estabelecendo padrões de desempenho para alcance das certificações.

A cobrança da sociedade e a necessidade de enquadramento por parte das empresas abre nova discussão; existe a necessidade de investimentos no setor ambiental; no entanto, de quem exatamente é a responsabilidade?

Entende-se que será necessária uma somatória de esforços e ações para alterar o quadro atual, sendo indispensável a participação do governo, das organizações não governamentais, das empresas e da sociedade em geral. A maior dificuldade sem dúvida é a falta de recursos que leva as empresas a atuarem em desacordo com as normas ambientais, sujeitando-se aos riscos decorrentes e, desta forma, colocando seus parceiros comerciais à mercê da sorte.

Outro fator a destacar refere-se a falta de iniciativa por parte de muitos banqueiros que mesmo recebendo sinais de alerta em virtude dos acidentes ocorridos, relutam em aceitar que recursos direcionados ao meio ambiente não representam custos e sim investimentos que se transformam em inúmeras vantagens a curto e longo prazos.

Os assuntos ambientais têm sido objeto de reportagens e discussões de amplo espectro em revistas científicas e demais meios de comunicação de massa: jornais, televisão e internet. A globalização da informação amplia o debate e coloca os temas ambientais em destaque nas preocupações da sociedade com o seu bem-estar, segurança, saúde e desejo de aproveitar os recursos do mundo natural, no qual o homem está física e psicologicamente integrado.

A importância e as discussões em torno do tema não configuram fatos passageiros, como ocorre com os acidentes ambientais de reflexo pontual no espaço geográfico ou com o alerta recorrente para a ameaça dos efeitos do crescimento econômico desordenado e iníquo sobre a natureza; mas configuram tentativa de elucidação da trama da vida na Terra por meio da pesquisa científica e do avanço tecnológico que estão conduzindo a sociedade para um novo caminho, mais transparente, ético e consciente de direitos e deveres.

A conservação do meio ambiente é fundamental para a sobrevivência deste planeta, infelizmente suas fontes naturais não são inesgotáveis e cabe ao homem o compromisso de preservá-las. Portanto, o caminho é longo e árduo: todavia, se cada qual fizer sua parte e, se possível, um pouco mais, a herança que foi recebida pela geração atual, isto é, a dádiva da vida nas condições naturais que o planeta oferece ao homem, vai poder ser repassada tranquilamente às gerações vindouras, sem o menor resquício de arrependimento por mau uso dos recursos que fundamentam a possibilidade da vida digna e feliz do homem na terra.

Dessa forma, não bastam boas intenções, o assunto é complexo e vai exigir efetiva ação, ou seja, os projetos precisam sair do papel e todos os envolvidos têm que dar parcelas de contribuição, demonstrando efetivo comprometimento. As transformações ocorridas no cenário nacional e internacional nos últimos anos são motivo de intensa preocupação para os administradores das empresas brasileiras.

No setor bancário, onde o processo de reestruturação se encontra em fase inicial, existe vasto caminho a percorrer. A visão de curto prazo, em que se avalia apenas a condição econômica e financeira atual da empresa, avaliando apenas a capacidade atual de pagamento, necessita ser substituída urgentemente por uma postura de longo prazo, em que serão cada vez mais valorizadas as questões ambientais.

Cabe registrar então, que já se começa a trilhar este novo caminho. Portanto, os bancos que atuam no Brasil precisam se reestruturar, para não serem surpreendidos pela decepção de haverem deixado passar a oportunidade, com prejuízo para eles próprios, para a clientela e para o meio-ambiente. Afinal o homem começa a conscientizar-se de que não pode apenas usufruir do meio-ambiente, sua moradia maior, “lato-sensu”. Deve devolver-lhe a possibilidade de continuação. Tem deveres para com ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, A. M; LAWSON, L. V. Responsabilidade Ambiental. **Revista Banas Ambiental**, São Paulo: Ano XI. n. 116, p.65-66, jan. 2002.

BLATT, A. **Avaliação de risco e decisão de crédito: um enfoque prático**. São Paulo: Nobel, 1999. 232 p.

BOYER, M; LAFFONT, J. J. "Environmental Risks and Bank Liability". **Scientific Series**. Montreal, Cirano, dec. 1994, 39p.

BURSZTYN, M. et al. **C&T para o desenvolvimento sustentável – Formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável definidos na agenda 21**. Disponível na internet. <http://www.mma.gov.br/port/SE/agen21/21_bras.html>. Acesso em: 25 jan. 2000.

CAJAZEIRA, J. E. R. **ISO 14001 – Manual de implantação**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 1997.

CALLENBACH et al. **Gerenciamento ecológico**. São Paulo: Cultrix Ltda, 1993. 203p.

CAMPOS, L. M. S; LERÍPIO, A. A. **Qualidade ambiental e ISO 14000**. Curso ministrado pelo EJEP/EPS/UFSC. Florianópolis, 9-10 mai. 1997. Mimeografado.

CARVALHO, N. L; RIBEIRO, M. S. **A posição das instituições financeiras frente ao problema das agressões ecológicas**: trabalho apresentado na IX semana de contabilidade do Bacen. Fea/Usp. São Paulo, 2000, p.14.

CASTRO, N. et al. A questão ambiental: O que todo empresário precisa saber. **Edições Sebrae**, Brasília, 1996, p.145.

_____. A questão ambiental e as empresas. **Edições Sebrae**, Brasília, 1998, p.240.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2. ed. 1995.

DANSEREAU, P. **Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau**, São Paulo: Pallotti – APED – Associação de pesquisa e ensino em ecologia e desenvolvimento, 1999. Disponível em: <http://www.bsi.com.br/unilivre/centro/resenhas/treireribe.htm>. Acesso em: 06 janeiro 2001.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental nas empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas , 1999. 169p.

FRONDIZI, I. In:_____. O BNDES e o meio ambiente. **Workshop em administração ambiental para instituições financeiras**, 1., 2001, São Paulo: FGV, 2001.

FUNDAÇÃO VANZOLINI. Vantagens da ISO 14001. **Revista Banas Ambiental**. São Paulo: Ano II, n. 12, p.37, jun. 2001.

GALVÃO FILHO, J. B. Gestão de riscos ambientais. **Revista Banas Ambiental**. São Paulo: Ano III, n. 12, p.36, jun. 2001.

GARTNER, I. R. **Sistema de apoio a avaliação ambiental de projetos industriais para bancos e agências brasileiras de financiamento do desenvolvimento**. 1999. 241f.. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991. 157p.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAWKEN, P; LOVINS, A; LOVINS, L. H. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Cultrix Ltda, 1999. 358p.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da lingua portuguesa**. Instituto Antonio Houaiss. 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.2462.

KLOCKNER, K. S. S. **Algumas diretrizes para programas de treinamento, conscientização e competência no âmbito de sistemas de gestão ambiental.** 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LERÍPIO, A. A. **Caracterização química e eficiência agrônômica de resíduos sólidos industriais.** 1996. 105f.. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel-UF, Pelotas.

_____. **Gestão e políticas ambientais: programa de pós-graduação em engenharia de produção.** 2000. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

_____. **GAIA – Um método de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais.** 2001. 170p. Tese (Doutorado em Gestão Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LOVINS. A; LOVINS, L. H. O Capitalismo natural. **Revista Exame**, São Paulo, v. 715, n.11, p.160-166, mai. 2000.

MAIMON, D. **ISO 14001 – Passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 1999.

MALHEIROS, T.M.M. Gestão ambiental pública. In:_____. Gestão ambiental. Brasília: **Sebrae**, 1998. 8 fascículos. Encarte do Jornal Gazeta Mercantil, fasc.6. 6p.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NORTH, K. **Environmental business management: na introduction.** Genebra: International Labor Office, 1992.

PÁDUA, J. A. Dois séculos de crítica ambiental no Brasil. **Revista Ciência hoje**, São Paulo, v. 26, n. 156, p.42-48, dez. 1999.

PERIGO, A. O. et al. Quem é quem na ISO 14001. **Revista Banas Ambiental**, São Paulo: Ano XI, n. 118, p.28, mar. 2002.

PRADO, H. R. do F. ISO 14001: Fundamental e necessária. **Revista Banas Ambiental**, São Paulo: Ano II, n. 12, p.3, jun. 2001.

RAMOS, J. B. Empresas ambientalmente educadas. **Revista Banas Ambiental**, São Paulo: Ano III, n. 13, p.32-41, ago. 2001.

RIBEIRO, M. S; GRATÃO, A. D. Custos ambientais: o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. **VII Congresso Brasileiro de Custos**, Recife, 28 jul. a 04 ago. 2000, p.14.

SCHARF, R. Bancos de olhos bem fechados: questão ambiental já pesa nas decisões para a concessão de crédito. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 08 ago. 2001. Caderno de análises e perspectivas, p. a-3.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de crédito**. 5. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2000. 353p.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE INVESTIMENTOS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS.1, 2000, São Paulo. **Investindo no futuro**. São Paulo: ABN Amro Bank, Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Fundação Getúlio Vargas, nov. 2000, v. 1.

SILVA, E. L; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: LED – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. 118p.

SILVA, J. P. da. **Gestão e análise de risco de crédito: Intermediação financeira e banco múltiplo**. 3. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2000. 398p.

STURION, W. Empresas do mês. **Revista Banas Ambiental**, São Paulo: Ano II, n. 12, p. 06-11, jun. 2001.

ANEXO 1

MODELO ATUAL DE RELATÓRIO DE VISITAS/FICHA DE VERIFICAÇÃO

Empresa:
CNPJ:
Agência:
Empresa/matrícula do administrador responsável pelo relatório:
Data do relatório:
Restrições:
Contato na empresa
Nome/cargo/tempo na função:
Dados da empresa
Fundação:
Endereço:
Atividade principal:
Tempo de atuação no ramo de atividade:
Principal administrador/nome e cargo/tempo na função/curso superior e data de início de atividade na empresa:
Área
Localiza-se em área própria ou de terceiros:
Área total/Área construída:
Organização:
Administração:
Filiais:
Composição do quadro funcional:
Política de recursos humanos:
Terceirização:
Controles contábeis/gerenciais que a empresa possui:
Nível de informatização:
Contabilidade:
Instalações
Nível de conservação:

Possui investimento/planejamento em:
Recurso utilizado:
Dados financeiros – faturamento/estoque
Faturamento:
Estoques suficientes para ___ dias de vendas.
Dados financeiros – dívidas bancárias
Dívidas bancárias de curto e longo prazo:
Instituição modalidade valor vencimento.
Comentários adicionais:
Outras considerações:

ANEXO 2

FICHA DE VERIFICAÇÃO/MODELO PROPOSTO

CRITÉRIO 1 – FORNECEDORES	Sim	Não	NA
1. As matérias primas utilizadas são oriundas de recursos renováveis?	Verde	Vermelho	Amarelo
2. Os fornecedores são monopolistas do mercado?	Vermelho	Verde	Amarelo
3. Os fornecedores apresentam processos produtivos impactantes ao meio ambiente e aos seres humanos?	Vermelho	Verde	Amarelo
4. Os principais fornecedores da organização são certificados pelas normas ambientais ISO 14001?	Verde	Vermelho	Amarelo

CRITÉRIO 2 – PROCESSO PRODUTIVO

a) ECO-EFICIÊNCIA DO PROCESSO PRODUTIVO			
5. As máquinas, equipamentos e instalações encontram-se conservadas, e vem recebendo as manutenções necessárias?	Verde	Vermelho	Amarelo
6. Os processos produtivos são poluentes ou potencialmente poluentes?	Vermelho	Verde	Amarelo
7. A organização atende integralmente as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores internos e externos?	Verde	Vermelho	Amarelo
b) NÍVEL DA TECNOLOGIA UTILIZADA NO PROCESSO			
8. Os produtos produzidos apresentam baixo valor agregado?	Vermelho	Verde	Amarelo
9. A tecnologia apresenta viabilidade somente para grande escala de funcionamento?	Vermelho	Verde	Amarelo
10. A tecnologia apresenta alto índice de automação (demanda uma baixa densidade de capital e trabalho)?	Vermelho	Verde	Amarelo
11. A tecnologia demanda a utilização de insumos e matérias primas perigosas?	Vermelho	Verde	Amarelo
12. A tecnologia é autóctone (capaz de ser desenvolvida, mantida e aperfeiçoada com recursos próprios)?	Verde	Vermelho	Amarelo
13. A tecnologia representa uma dependência da organização em relação a algum fornecedor ou parceiro?	Vermelho	Verde	Amarelo
c) ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS DO PROCESSO			
14. A fonte hídrica utilizada é comunitária?	Vermelho	Verde	Amarelo
15. Existe um alto consumo de água no processo produtivo?	Vermelho	Verde	Amarelo
16. Existe algum tipo de reaproveitamento de água no processo?	Verde	Vermelho	Amarelo
17. São gerados efluentes perigosos durante o processo?	Vermelho	Verde	Amarelo
18. Os padrões legais referentes a efluentes líquidos são integralmente atendidos?	Verde	Vermelho	Amarelo
19. Os padrões legais referentes a resíduos sólidos são integralmente atendidos?	Verde	Vermelho	Amarelo

20. Existe algum tipo de reaproveitamento de resíduos sólidos no processo?			
21. A matriz energética é proveniente de fontes renováveis?			
22. Existe algum tipo de reaproveitamento de energia no processo?			
23. Ocorre a geração de emissões atmosféricas tóxicas ou perigosas?			
24. Os padrões legais referentes a emissões atmosféricas são integralmente atendidos?			
d) INDICADORES GERENCIAIS			
25. A organização possui as licenças ambientais previstas em lei para a execução de suas atividades?			
26. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?			
27. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo produtivo por parte da comunidade vizinha?			
28. Em caso afirmativo, foram tomadas ações corretivas e/ou preventivas para a resolução do problema?			
29. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas?			
30. Em caso afirmativo, os acidentes ou incidentes foram resolvidos de acordo com as expectativas das partes interessadas?			
31. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?			
32. A eficiência de utilização de insumos e matérias primas é igual ou superior à média do setor?			
e) RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO			
33. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?			
34. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?			
35. A mão de obra empregada é altamente especializada?			
36. Os colaboradores estão voltados à inovações tecnológicas?			
37. A organização oferece participação nos lucros ou outras formas de motivação aos colaboradores?			
f) DISPONIBILIDADE DE CAPITAL			
38. Existe capital próprio disponível para investimentos em gestão ambiental?			
39. Existem restrições cadastrais ou legais para a concessão de empréstimos para investimentos em gestão ambiental?			

CRITÉRIO 3 – UTILIZAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

40. O consumidor tradicional do produto apresenta alta consciência e nível de esclarecimento ambiental?			
41. O produto é perigoso ou requer atenção e cuidados por parte do usuário?			

42. A utilização do produto ocasiona impacto ou risco potencial ao meio ambiente e aos seres humanos?	Red	Green	Yellow
43. O produto situa-se em um mercado de alta concorrência?	Red	Green	Yellow
44. O produto possui substitutos no mercado ou em desenvolvimento?	Red	Green	Yellow
45. O produto apresenta consumo intensivo (artigo de primeira necessidade)?	Green	Red	Yellow
46. O produto apresenta características de alta durabilidade?	Green	Red	Yellow

CRITÉRIO 4 – PRODUTOS PÓS-CONSUMO

47. O produto, após sua utilização, pode ser desmontado para reciclagem e/ou reutilização?	Green	Red	Yellow
48. O produto, após sua utilização, apresenta facilidade de biodegradação e decomposição?	Green	Red	Yellow
49. O produto pós-consumido apresenta periculosidade?	Red	Green	Yellow
50. O produto pós-consumido gera empregos e renda na sociedade?	Green	Red	Yellow

Fonte: Adaptado de Lerípio (2001). GAIA – Um Método de Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais